

Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	N'Gunu Tiny
Vice-Presidente	Francisco José Cruz
Secretário	Patrícia Gomes de Almeida

Conselho de Administração

Presidente	António Tomás Correia
Vogal	José Leitão da Costa e Silva
Vogal	António Francisco de Araújo Pontes
Vogal	Jorge Armindo de Carvalho Teixeira
Vogal	Jorge Manuel de Matos Tavares de Almeida
Vogal	Armando Esteves
Vogal	António Couto Lopes

Comissão Executiva

Presidente	António Francisco de Araújo Pontes
Vogal	Armando Esteves
Vogal	António Couto Lopes

Conselho Fiscal

Presidente	Sabino Pereira Ferraz
Vogal Efectivo	Rui Benvindo dos Santos Caiate
Vogal Efectivo	Vitor Manuel Junqueira João
Vogal Suplente	Fernando Júlio Gonçalves Ribeiro

Secretário da Sociedade

Joaquim Faria Briote

Mensagem do Presidente

FINIBANCO ANGOLA

Projecto de presente e de futuro

A realidade angolana tem vindo a mudar ao longo dos últimos anos e, por via da modernização, evolução e progresso a que vimos assistindo, também o Finibanco Angola alterou a sua estratégia e o seu posicionamento, assumindo-se hoje no plano financeiro como o Banco da Angola do presente e do futuro.

Se é verdade que a dimensão desta Instituição parece pequena, o facto é que a nossa ambição é bem grande. Por isso mesmo, concentramos as nossas atenções no desenho de novos projectos orientados para a construção de um Finibanco Angola cada vez mais sólido, mas eficiente e ainda melhor preparado para responder aos desafios colocados por uma economia exigente, dinâmica e pujante como a angolana.

Os resultados e indicadores que revelamos neste nosso Relatório e Contas espelham bem o caminho que vimos percorrendo, mas também a nossa ambição de um futuro assente num crescimento sustentável e numa relação de grande proximidade aos nossos clientes.

A experiência e o comportamento ético próprios de quantos colaboram e se envolvem com o nosso projecto são a mais-valia que diferencia a nossa presença na esfera financeira e bancária e, bem assim, a força que continuará a fazer com que o Finibanco Angola progrida no sentido de acrescentar valor à economia, à sociedade e, principalmente, ao povo angolano.

O compromisso para com a sociedade, o respeito pelo relacionamento institucional e a firmeza nos princípios de solidariedade para com os nossos accionistas continuarão a nortear-nos no sentido de almejarmos o escopo económico-financeiro e social do Finibanco Angola.

O resultado do ano económico findo demonstra bem o empenho de todos os nossos colaboradores e membros dos órgãos sociais, aos quais cabe uma palavra de agradecimento, pois sem a sua dedicação e o seu profissionalismo nenhuma destas afirmações faria sentido.

Se o caminho que nos trouxe até aqui nos enche de orgulho e satisfação, estou seguro que o futuro aprofundará o nosso sucesso, tornando-nos ainda mais próximos e mais presentes na construção de uma instituição que se orgulha da sua natureza e do modo como contribui para a contínua afirmação de Angola.

António Tomás Correia
Presidente do Conselho de Administração

Enquadramento macroeconómico

Enquadramento Internacional

A conjuntura macroeconómica em 2012 caracterizou-se por um novo abrandamento da economia mundial, com o Fundo Monetário Internacional (FMI), no seu *World Economic Outlook (WEO)* de Abril a estimar uma expansão do PIB global de apenas 3,2% (contra +4,0% em 2011 e +5,2% em 2010). Um abrandamento provocado pela desalavancagem do sector privado nas economias desenvolvidas, por políticas orçamentais restritivas e pelo impasse na resolução da crise da dívida soberana na Zona Euro. Este último factor conduziu a região para a recessão, afectando também as economias em desenvolvimento, quer por via dos efeitos comerciais, quer por via da incerteza nos mercados financeiros, ficando assim o crescimento também aquém das expectativas nas economias emergentes.

Entre as economias avançadas, o PIB da Zona Euro registou uma queda anual de 0,6%, em resultado da redução da procura interna, sobretudo ao nível do investimento, justificada pelas medidas de austeridade e amplificada pela subida do desemprego. Por seu lado, o Reino Unido estagnou, enquanto o Japão registou um crescimento, em grande medida em resultado da recuperação da actividade após o sismo de 2011 e dos respectivos trabalhos de reconstrução, mas acabando por entrar em recessão na segunda metade do ano. A grande excepção foi os EUA, resultando em grande parte, do primeiro contributo positivo, desde 2005, dado pelo sector imobiliário, com o PIB a acelerar de 1,8% para 2,2%; ainda assim tendo estado pressionado por alguns factores específicos, quer de origem natural (furacão *Sandy*), quer de origem política (impasse relativamente às medidas de consolidação orçamental nos EUA, de modo a evitar subidas automáticas nos impostos e cortes automáticos na despesa no início de 2013).

O abrandamento global só não foi mais intenso porque os principais bancos centrais continuaram a aliviar a política monetária, visando sobretudo reduzir as taxas de juro de longo-prazo, suportando assim o investimento. Destaque-se a mudança de postura por parte do BCE na 2ª metade do ano, ao lançar um programa (*OMT - Outright Monetary Transactions*) para intervir no mercado secundário de dívida pública, no sentido de auxiliar os países sob pressão dos mercados. Nos EUA, saliente-se as medidas de estímulo económico anunciadas pela Reserva Federal (*Fed*), aumentando o seu balanço através de compras de activos colateralizados por créditos à habitação e de dívida pública. Entre os BRIC, as autoridades da China e do Brasil tomaram diversas medidas, no primeiro caso sobretudo através de investimento público, enquanto no caso do Brasil se encetaram medidas expansionistas tanto orçamentais como monetárias. Contrariamente, as autoridades da Índia e da Rússia estiveram condicionadas por factores internos, com o banco central da Rússia a aumentar mesmo as taxas de juro.

Mas o principal tema de 2012 foi, inegavelmente, a crise na Zona Euro, cujos desenvolvimentos, ainda que insuficientes para sossegar completamente os investidores, permitiram chegar ao fim do ano com a Zona Euro intacta.

Previsões Económicas para a Economia Mundial			
(unidade: %)	2012E	2013P	2014P
PIB Mundial	3.2	3.3	4.0
Economias Avançadas	1.2	1.2	2.2
Zona Euro	-0.6	-0.3	1.1
EUA	2.2	1.9	3.0
Países Emergentes e em Desenvolvimento	5.1	5.3	5.7
China	7.8	8.0	8.2
Volume do Comércio	2.5	3.6	5.3
Importações			
Economias Avançadas	1.0	2.2	4.1
Países Emergentes e em Desenvolvimento	4.9	6.2	7.3
Exportações			
Economias Avançadas	1.9	2.8	4.6
Países Emergentes e em Desenvolvimento	3.7	4.8	6.5
Preços no Consumidor			
Economias Avançadas	2.0	1.7	2.0
Países Emergentes e em Desenvolvimento	5.9	5.9	5.6

Notas: E - estimativa; P - previsão.

Fontes: FMI, *World Economic Outlook*, abril de 2013.

desenvolvidas (+1,2%) e as economias emergentes e em desenvolvimento (+5,1%), com as previsões do FMI a apontarem para uma intensificação destas diferenças em 2013, projectando uma manutenção do ritmo de crescimento nas primeiras (revendo em baixa as suas anteriores previsões, de +1,3%), mas uma ligeira aceleração do crescimento nas economias emergentes e em desenvolvimento para 5,3% (+5,5% em Janeiro).

Países emergentes e em desenvolvimento

A generalidade das economias emergentes abrandou, penalizada, também, por factores internos. Na **China**, as medidas das autoridades – com o anúncio de grandes projectos de investimento estatal em infra-estruturas e os cortes nas taxas de reservas obrigatórias dos bancos – conseguiram apenas atenuar a desaceleração do PIB em 2012, de 9,2% para 7,8%, o menor ritmo de crescimento desde 1999. A impotência das autoridades foi ainda mais visível no **Brasil**, que cresceu apenas cerca de 1%, abaixo do potencial e dos 2,7% observados no ano anterior, apesar das descidas de impostos e incrementos ao investimento público decididos pelo Governo e dos sucessivos cortes na taxa de juro de referência por parte do banco central (num total de 3,75 p.p., para 7,25%).

Na **Índia**, a elevada inflação e o problema dos “défices gémeos”, da balança corrente e orçamental, limitaram a acção das autoridades, com a economia a crescer somente 5,1%, desacelerando face aos

Em todo o caso, o FMI veio rever ligeiramente em baixa a previsão de crescimento para a economia mundial para 2013 (de +3,5% para +3,3%), embora mantendo-a inalterada no que respeita ao próximo ano (+4,0%). Trata-se apenas de uma ligeira aceleração face aos 3,2% estimados para 2012, embora não deixando de representar a interrupção de dois anos de considerável abrandamento da actividade económica global. Continuaram, no entanto, a ser visíveis ritmos de crescimento bastante diferenciados em 2012 entre as economias

7,5% de 2011 e evidenciando o menor ritmo de crescimento desde os 4,8% registados em 2002. Na **Rússia**, as autoridades também estiveram algo condicionadas, o Governo pela diminuição das receitas do petróleo e o banco central pela elevada inflação, o que, associado aos receios dos empresários, penalizou o PIB, que cresceu 3,4%, o menor ritmo desde a “Crise do Rublo” de 1998, se se excluir a queda de 7,8% observada em 2009, no auge da recessão de 2008-09. Na **África do Sul**, o crescimento do PIB desacelerou de 3,5% para 2,5%.

Segundo o FMI, a região África Subsaariana assistiu a uma desaceleração do crescimento económico de 5,3% em 2011 para 4,8% em 2012, um pouco menos intenso do que se assistiu a nível global. Isto depois de nos dois anos precedentes a região já ter passado relativamente incólume ao abrandamento global. Em 2013 esta região deverá acelerar para um crescimento de 5,6%.

Economia nacional

Após a crise orçamental e da balança de pagamentos de 2009, **Angola** assinou um programa com o FMI com vista à correcção dos desequilíbrios macroeconómicos. A instituição considera que o programa atingiu os seus principais objectivos. De acordo com o comunicado de imprensa do FMI relativamente à conclusão do segundo relatório da “Missão de Vigilância Pós-Programa para Angola” (divulgado em Janeiro de 2013), no ano de 2012, “Angola alcançou um crescimento económico robusto, uma forte posição orçamental, uma taxa de inflação de um dígito, uma nova acumulação de reservas internacionais e uma taxa de câmbio estável”, com as dívidas em atraso do Estado a fornecedores a serem corrigidas. Neste contexto, as autoridades avançaram com um programa de reformas institucionais, fortalecendo algumas áreas-chave na gestão orçamental, monetária e financeira, destacando-se a revisão do enquadramento regulamentar em conformidade com as normas internacionais (Basileia III), a redefinição orgânica do Departamento de Supervisão das Instituições Financeiras (DSI) e a criação do Comité de Estabilidade Financeira (COMEF). O cenário favorável descrito pelo FMI propiciou a revisão em alta do *outlook* para a dívida soberana pela agência de notação financeira *Fitch*, de estável para positivo, embora com o *rating* a ficar ainda em *BB-*, num nível ainda em *speculative grade*.

Em **2012**, o PIB deverá ter acelerado (cresceu 3,9% em 2011), expandindo entre os 7,4% – constantes no Orçamento de Estado para 2013 (OE-2013) – e os 8,4% avançados pelo FMI no *WEO* de Abril. Trata-se, em qualquer dos casos, do maior crescimento desde 2008 (antes da recessão de 2008-09), com a economia angolana a revelar uma assinalável resiliência face ao abrandamento da economia mundial, permanecendo como um dos *top performers* de África, com um crescimento superior quer ao registado pelo grupo dos países exportadores de petróleo (+6,5%), quer, sobretudo, ao referido grupo que engloba todos os países da África Subsaariana (+4,8%). Sectorialmente – segundo os dados do OE-2013 –, o maior crescimento registou-se no sector não-petrolífero (+9,1%), mas salientou-se o sector petrolífero, que cresceu 4,3%, depois de três anos consecutivos em contracção, em que tinha sido penalizado por uma combinação de trabalhos de

manutenção e problemas técnicos, tendo sido o responsável pelo comportamento comparativamente amorfo do PIB nos anos anteriores.

Segundo a OPEP, a produção média de petróleo foi de 1,73 milhões de barris por dia (mb/d) em 2012, ligeiramente abaixo da meta do Governo, mas crescendo 2,8% face ao ano anterior, o que, para além de ter contribuído para a melhoria das finanças públicas, permitiu um crescimento em valor das exportações de *crude*. Este incremento continuou a beneficiar do aumento do preço médio do barril de petróleo, o qual foi bem menor do que o ano anterior (+0,9% contra os +39,0% em 2011), mas acabou por superar as previsões conservadoras do OE-2013 (-5,7%). O excedente da balança corrente encolheu, segundo dados do FMI, de 12,6% do PIB para 9,6%. As exportações terão aumentado 4,3% e as importações 14,8%, devendo continuar a crescer mais do que as exportações até 2016, segundo o FMI, dando lugar a défices da balança corrente a partir de 2015.

Em **2013**, o PIB deverá continuar a crescer a bom ritmo, ainda que em desaceleração, com o Governo a prever uma expansão de 7,1% e o FMI de 6,2%, embora a *Economist Inteligency Unit (EIU)* preveja um crescimento de 8,3%. A economia deverá continuar, segundo o FMI, a crescer acima das economias subsaarianas, para as quais prevê um crescimento de 5,6%, embora ligeiramente abaixo do grupo de países exportadores de petróleo (+6,7%). O abrandamento previsto pelo Governo dever-se-á, ao menor crescimento do sector não-petrolífero (+7,3%), que não deverá ser compensada pela aceleração do sector petrolífero (para +6,6%), que será impulsionado por uma série de factores pontuais. Com efeito, o sector petrolífero deverá ser impulsionado por aumentos de produção, ligados a vários projectos, como o campo Plutão, Saturno, Vénus e Marte (PSVM), que iniciou produção em Dezembro de 2012, e o campo de gás natural liquefeito (*GPL*), no âmbito do mega projecto de 10 mil milhões de dólares que tem vindo a ser consecutivamente adiado e que se espera começar a expedir gás durante o 2º Trimestre de 2013. Assim, o Governo prevê que a produção de *crude* continue a crescer em 2013, para 1,84 mb/d. Por seu lado, o sector não-petrolífero deverá beneficiar do aumento do investimento estatal (visando a conclusão do processo de reconstrução e a resolução de lacunas ao nível das infra-estruturas) e do alargamento das despesas sociais do Estado, delineados no OE-2013 (que prevê um défice orçamental).

Projeções Económicas para Angola

(unidade: %)	2009	2010	2011	2012E	2013P
PIB (FMI)	2.4	3.4	3.9	8.4	6.2
PIB (OE-2013)	2.4	3.4	3.9	7.4	7.1
Setor petrolífero	-5.1	-3.0	-5.6	4.3	6.6
Setor não petrolífero	8.3	7.8	9.7	9.1	7.3
Exportações, f.o.b. (USD)	-2.6	-3.2	-3.1	4.3	4.1
Petróleo	-37.6	21.7	33.6	9.4	-3.7
Importações, f.o.b. (USD)	7.0	-21.3	9.5	14.8	12.6
IPC (média anual)	13.7	14.5	13.5	10.3	9.4
Balança corrente (em % PIB)	-9.9	8.1	12.6	9.6	3.5
Saldo orçamental global (em % PIB)	-7.4	5.5	10.2	8.5	-1.2
Dívida pública (em % PIB)	36.5	37.6	31.5	29.3	32.8

Notas: taxas de variação %, exceto quando indicado; E- estimativa; P - previsão.

Fontes: FMI (*World Economic Outlook* - abril de 2013); Governo (apenas para os dados do PIB).

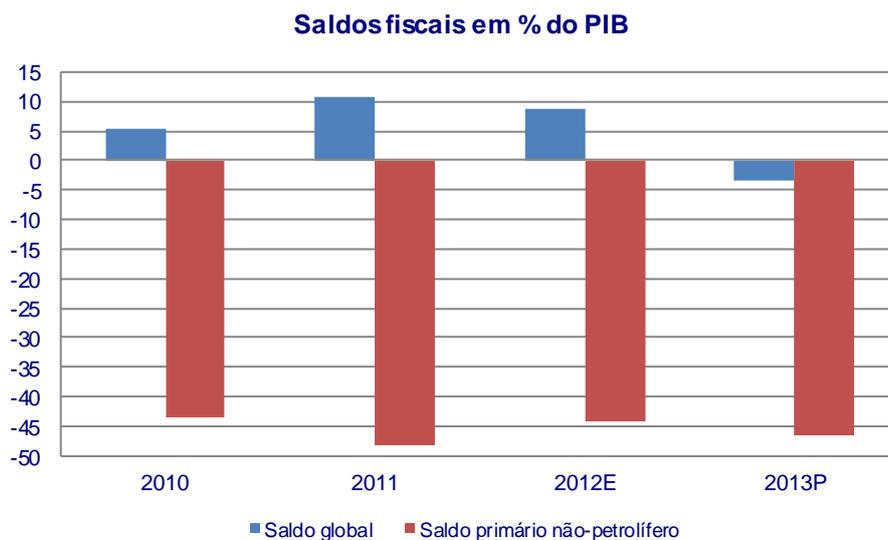
As perspectivas de **médio-prazo** são de que o crescimento se mantenha robusto (embora mais brando do que em 2013), com o FMI a prever um crescimento médio anual de 6,0% entre 2014 e 2018. O sector petrolífero deverá continuar a crescer, beneficiando de preços historicamente elevados do combustível, da entrada em funcionamento de um conjunto de importantes projectos actualmente em desenvolvimento e da paulatina diminuição de problemas técnicos. Sobre este cenário pairam riscos ascendentes, relacionados com a descoberta de mais petróleo ou de outras *commodities*, mas também riscos descendentes, ligados precisamente aos problemas técnicos e adiamentos que têm minado a produção durante os últimos anos, mas também ao comportamento dos preços do petróleo nos mercados internacionais (visto encontrarem-se em níveis historicamente elevados) e à possibilidade de que a OPEP imponha quotas mais rigorosas para Angola. A *EIU* prevê que a produção de *crude* suba ao longo dos próximos anos, atingindo os 2,12 mb/d em 2017. Embora o aumento consistente na produção de petróleo deva impulsionar o crescimento real do PIB nos próximos anos, é necessária uma diversificação da economia (o sector petrolífero correspondeu a cerca de 45% do PIB nominal em 2012), que exigirá reformas do Estado, sobretudo na agricultura. Com efeito, não obstante os progressos feitos nos últimos anos – reconhecidos pelo FMI –, a economia carece ainda de muitas reformas importantes. Por exemplo, os subsídios aos preços dos combustíveis concedidos pelo Governo correspondem a cerca de 6% do PIB – mais do triplo dos gastos em educação e saúde – e a sua reversão permitiria libertar fundos para a construção de infra-estruturas e aumento dos gastos sociais do Estado. Por outro lado, a iniciativa privada permanece condicionada e a economia continua a evidenciar grandes ineficiências.

Relativamente à evolução dos **preços**, a inflação (medida pela variação média anual do índice de preços no consumidor) abrandou dos 13,5%, em 2011, para 10,3% em 2012 – sensivelmente em linha com a meta de 10% traçada pelo Governo –, com a inflação homóloga de Dezembro a situar-se em cerca de 9,0%, um valor nunca observado nas últimas duas décadas, alcançando o desejado patamar de um dígito. Para 2013, tanto o Governo como o FMI prevêem que a inflação se mantenha num só dígito (+9,0% e +9,4%, respectivamente). A evolução dos preços deverá, assim, continuar a

dar margem para as políticas orçamental e monetária moderadamente expansionistas adoptadas pelas autoridades desde o início de 2013. Além disso, o Governo parece descartar a possibilidade de qualquer redução adicional a curto prazo nos subsídios aos preços dos combustíveis (que levou a um salto de 50% dos preços da gasolina em Setembro de 2010), dado o descontentamento popular resultante do aumento dos custos de vida.

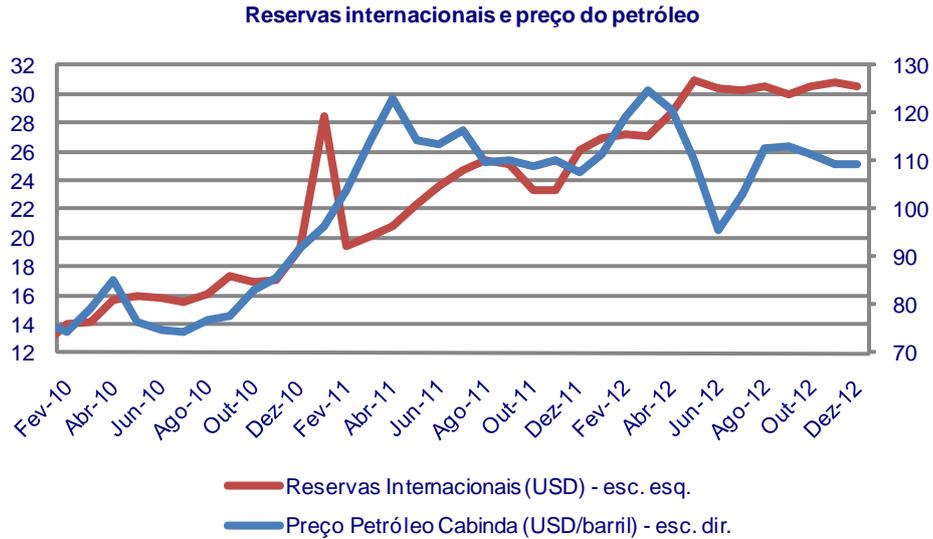
No médio-prazo, tanto o FMI como a *EIU* apontam para que a inflação se mantenha abaixo dos dois dígitos pelo menos até 2018, abrandando progressivamente, mas permanecendo elevada, devido ao forte crescimento estrutural da procura interna. A redução da inflação esteve e deverá continuar a estar alicerçada na estabilidade monetária e cambial induzida pelo Banco Nacional de Angola (BNA) – que tem um papel central como âncora monetária – e nas reformas estruturais, levadas a cabo com vista a minorar as distorções que subsistem do lado da oferta. Relativamente à estabilidade cambial, a capacidade do BNA para apoiar a taxa de câmbio do Kwanza tem aumentado significativamente devido à acumulação de reservas externas, que atingiram um novo máximo histórico em 2012 – a taxa de cobertura das importações pelas reservas externas subiu de 5,3 em 2011 para 7,1 meses –, depois de a sua diminuição abrupta durante a recessão de 2008-09 ter obrigado o BNA a folgar o *peg* oficioso ao dólar, dando lugar a uma crise orçamental e da balança de pagamentos. No que diz respeito às reformas estruturais, estas combaterão gradualmente os actuais estrangimentos do lado da oferta, nomeadamente os estrangulamentos na logística de transportes e a pouca concorrência nos mercados de produtos.

Estas previsões estão também condicionadas à capacidade do recém-formado Comité de Política Monetária para resistir à pressão política para enveredar por uma política monetária mais acomodatória. Refira-se que em 2012 a diminuição das pressões cambiais permitiu ao banco central reduzir mais um pouco as taxas de juro. A taxa básica de juro (taxa de referência definida em 2011, no âmbito do novo quadro operacional para a política monetária) terminou o ano em 10,25%, depois de ter sido reduzida em 0,25 p.p. logo na reunião de Janeiro (foi entretanto reduzida em mais 0,25 p.p. na reunião de Janeiro de 2013). As taxas de juro das facilidades permanentes de cedência e de absorção de liquidez terminaram 2012 em 11,5% e 1,5%, respectivamente.



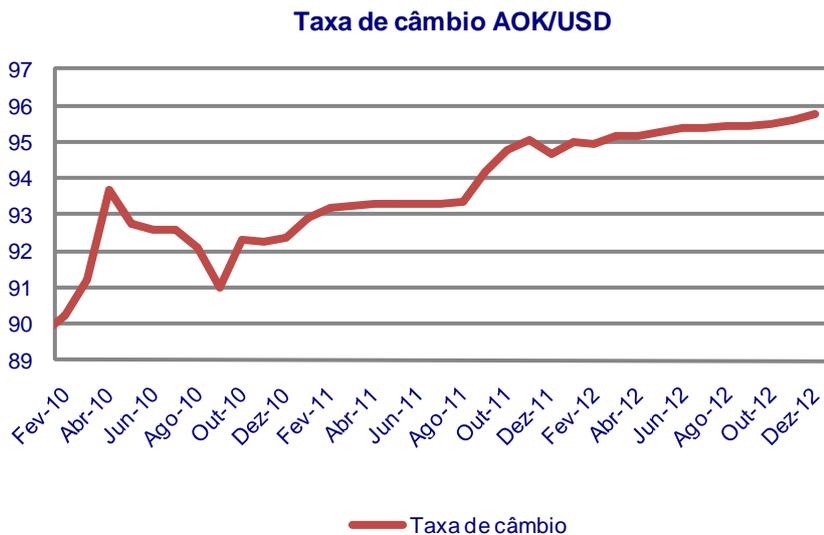
Fonte: OE-2013.

Ao nível da **execução orçamental**, num orçamento que pela primeira vez seguiu uma contabilidade “universal e unificada” (incorporando todas as operações parafiscais anteriormente empreendidas pela empresa estatal de petróleo), ter-se-á observado em 2012 um excedente de 7,7% do PIB, segundo o Governo. O FMI aponta para um excedente maior, de 8,5%, provavelmente incorporando o comportamento do preço do petróleo de Cabinda, que superou o previsto. Tratou-se, ainda assim, de uma diminuição do excedente face a 2011 (+10,2% do PIB segundo o FMI, na altura em resultado essencialmente da recuperação das receitas fiscais petrolíferas), reflectindo um forte incremento nas despesas – que compensou a subida das receitas –, designadamente as despesas de capital, fruto da aposta das autoridades no desenvolvimento de projectos de reconstrução e reabilitação de instalações, no âmbito do esforço de reconstrução nacional, vistas como essenciais à prioridade estratégica de diversificação para outras actividades que não o petróleo e que se prolongarão durante os próximos anos. Em 2013, segundo o previsto no OE-2013, aprovado em 14 de Fevereiro, deverá registar-se mesmo um défice, equivalente a 3,4% do PIB (-1,2% do PIB, segundo as previsões do FMI), reflectindo a conjugação de vários factores: *i*) a continuação do aumento do investimento estatal (os gastos de capital deverão aumentar 35,9%); *ii*) a subida dos gastos com prestações sociais (+26,9%) e com despesas com pessoal (+37,9%); *iii*) a prevista diminuição das receitas, reflectindo essencialmente a diminuição das receitas de impostos sobre o petróleo, associada à previsão de uma diminuição do preço do combustível. O OE-2013 marca, assim, uma continuação da aposta no sector não-petrolífero e no investimento público em particular. Note-se que estas medidas são possibilitadas pelo volume de receitas relacionadas com o petróleo, uma vez que o défice orçamental primário excluindo petróleo tem sido sistematicamente muito elevado (46,7% em 2013, segundo as previsões do Governo). Este padrão deverá manter-se nos próximos anos, com o FMI a prever défices orçamentais tendencialmente crescentes até 2017, devendo reduzir-se apenas em 2018.



Fonte: FMI e Thomson Reuters .

Ao nível do **crédito**, o volume de crédito à economia cresceu 24,6% face ao ano anterior (+27,7% em 2011), tendo-se, ademais, continuado a observar uma transformação na composição da carteira de depósitos, fruto da política do BNA de “desdolarização” da economia iniciada em 2011. Esta instituição referiu no seu Relatório de Estabilidade relativo ao 1º semestre de 2012 que, pela primeira vez, os depósitos em moeda nacional excederam os depósitos em moeda estrangeira, o mesmo acontecendo com os depósitos a prazo, que superaram os depósitos à ordem, com o BNA a atribuir esta evolução à prática de taxas mais atractivas por parte dos bancos, bem como da estabilidade da moeda nacional e do aumento da confiança no sistema bancário por parte dos clientes.



Fonte: Thomson Reuters .

A **taxa de câmbio** do Kwanza permaneceu relativamente estável ao longo do ano de 2012, depreciando-se apenas 1,3% em relação ao dólar, menos do que em 2011 (-2,1%) e em 2010 (-3,9%), evidenciando uma crescente estabilização após ter estado sob elevada pressão e ter sofrido uma significativa desvalorização em 2009. Este desempenho foi obtido graças à continuação da política monetária direccionada para a estabilidade cambial e pela utilização das reservas cambiais em operações para controlar o valor da divisa. Apesar da recuperação das receitas do petróleo e dos fluxos de investimento directo estrangeiro, que têm permitido a acumulação de reservas cambiais, a capacidade do BNA para apoiar o Kwanza através da intervenção no mercado cambial continua vulnerável a qualquer futura quebra nos preços do petróleo. No entanto, com as reservas actualmente a renovarem máximos históricos e com as perspectivas de mais excedentes na balança corrente, as autoridades dispõem de muito maior capacidade para defender a moeda do que em 2008/09.

Mercados Financeiros Internacionais

O ano de 2012 foi positivo para os activos de risco. Embora os mercados tenham permanecido, durante todo o período, ensombrados pelos constrangimentos resultantes da crise do euro e pelo abrandamento da economia global, a verdade é que estes acabaram por ser mais do que compensados com a conjugação da intervenção das autoridades monetárias de vários países (que fez aumentar as expectativas de crescimento futuro) com os passos políticos dados na resolução da crise do euro. Destaca-se, no primeiro caso, a disponibilidade do BCE para comprar dívida dos países periféricos e as medidas de *quantitative easing* anunciadas pela *Fed*; e, no caso das decisões de carácter político, a cimeira europeia de final de Junho, em que os líderes do euro tomaram uma série de medidas para resolver a crise, e, no final do ano, o acordo para a formação do Mecanismo Único de Supervisão Europeu.

Analisando os diferentes mercados, na dívida pública de referência a diminuição do pessimismo no que respeita à crise da dívida pressionou as *yields* no sentido ascendente, todavia estas acabaram por diminuir genericamente, em resultado da redução das expectativas de inflação (devido ao abrandamento da economia global), da descida das expectativas em relação às taxas de juro dos principais bancos centrais (fruto da referida intervenção das autoridades monetárias, com a tomada de medidas expansionistas) e do aumento da pressão sobre a dívida de Espanha (uma das principais economias da região), que ditou um movimento de “procura de qualidade e segurança”. Esta evolução das expectativas foi também observável no Mercado Monetário Interbancário (MMI), onde as taxas desceram, principalmente na Zona Euro e beneficiando da diminuição do risco em virtude dos passos dados para resolver a crise do euro, mas também do corte de taxas efectuado pelo BCE (e das expectativas de um corte adicional). Ao nível da dívida pública dos chamados países periféricos, o ano saldou-se por um forte alívio dos receios dos investidores na generalidade dos países. Nos mercados accionistas, os índices de referência revelaram uma tendência ascendente ao longo do ano, interrompida apenas no 2º trimestre e em Outubro-Novembro, beneficiando das

novas medidas da *Fed*, mas, também, das decisões dos líderes do euro, sendo no entanto limitados pelo impasse orçamental nos EUA, que foi resolvido apenas no derradeiro dia do ano. No mercado da dívida privada a evolução foi idêntica, observando-se uma tendência descendente dos *spreads* quase ininterrupta desde a cimeira europeia de final de Junho. No mercado cambial, o euro valorizou, com o impulso dado pela diminuição da aversão ao risco e pelos desenvolvimentos da crise da dívida a compensar genericamente a condução da política monetária por parte do BCE. Por último, as *commodities* registaram genericamente valorizações, em linha com o sentimento de mercado, designadamente as expectativas de crescimento económico. No caso do petróleo, o *brent* valorizou (o *WTI crude* recuou, sendo esta evolução, todavia, pouco significativa, reflectindo os novos processos extractivos utilizados maioritariamente nos EUA, que fizeram aumentar a oferta, criando um diferencial entre o *brent* e o *WTI crude* que se voltou a alargar).

Mercado Monetário e Dívida Pública

Bancos Centrais e Mercado Monetário					Spreads face ao Bund				
31 Dez 12	Valor (%)	Variação (p.b.)			31 Dez 12	Valor (p.b.)	Variação (p.b.)		
		30 Set 12	30 Jun 12	31 Dez			30 Set 12	30 Jun 12	31 Dez
<i>Refi Rate</i>	0.75	0	-25	-2					
<i>Euribor 3M</i>	0.187	-3	-47	-11	Grécia	1059	-746	-1366	-22
<i>Euribor 6M</i>	0.320	-12	-61	-13	Irlanda	366	-38	-121	-29
<i>Euribor 12M</i>	0.542	-14	-67	-14	Portugal	570	-186	-288	-58
<i>Fed Funds</i>	0.25	0	0	0	Espanha	395	-55	-80	69
<i>Libor USD 3M</i>	0.306	-5	-15	-2	Itália	318	-47	-106	-21
<i>Libor USD 6M</i>	0.508	-13	-23	-3					
<i>Libor USD 12M</i>	0.844	-13	-22	-2					
Dívida Pública Alemã e Americana									
31 Dez 12	Valor (%)	Variação (p.b.)			31 Dez 12	Valor (p.b.)	Variação (p.b.)		
		30 Set 12	30 Jun 12	31 Dez			30 Set 12	30 Jun 12	31 Dez
Bunds 2Y	-0.015	-4	-14	-16					
Bunds 10Y	1.316	-13	-27	-51					
Treasuries 2Y	0.247	2	-5	1					
Treasuries 10Y	1.757	12	11	-12					

Nota: o spread a 2 anos da Grécia face ao *Bund* é calculado através do *Bloomberg Fair Value*, dada a inexistência de uma obrigação a 2 anos no mercado.

Dívida Privada, Ações, Câmbios e Mercadorias

Mercado Acionista					Mercado Cambial					
Índices de Ações		31-Dez-12	%			31 Dez 12	Valor	Variação (%)		
			30-Set-12	30-Jun-12	31-D			30 Set 12	30 Jun 12	31 D
EUA	Dow. Jones Ind.	13 104.1	-2.48	1.74	7	EUR/USD	1.32	2.5%	4.3%	1.1
	S&P 500	1 426.2	-1.01	4.70	1	EUR/GBP	0.81	1.9%	0.7%	-2.
	Nasdaq	3 019.5	-3.10	2.88	1	EUR/YEN	114.32	14.0%	13.2%	14.
Europa	Eurostoxx 50	2 635.9	7.40	16.39	1	Dollar Index	79.77	-0.2%	-2.3%	-0.
	FTSE 100 (R. Unido)	5 897.8	2.71	5.86	5	Mercado das Commodities				
	PSI-20 (Portugal)	5 655.2	8.70	20.37	2	31 Dez 12	Valor	Variação (%)		
	CAC 40 (França)	3 641.1	8.53	13.90	1	30 Set 12	30 Jun 12	31 D		
	DAX (Alemanha)	7 612.4	5.49	18.64	2	CRB Index	295.0	-4.6%	3.8%	-3.
	IBEX (Espanha)	8 167.5	5.95	15.00	-1	GSCI S&P	646.6	-2.9%	7.9%	0.
	FTSE MIB (Itália)	16 273.4	7.80	14.00	7	Agrícolas	451.3	-9.4%	3.0%	3.
	WSE WIG20 (Polónia)	2 583.0	8.92	13.52	2	Energia	324.9	-1.8%	9.8%	-1.
	Prague PX (R. Checa)	1 038.7	8.95	15.30	1	Gado	314.1	9.1%	2.4%	6.
	BUX (Hungria)	18 173.2	-2.23	4.80	7	Metais de Base	385.7	-2.9%	6.3%	3.
	SKSM (Eslováquia)	192.2	1.10	2.42	-1	Metais Preciosos	2 283.8	-6.6%	5.1%	7.
RTSI (Rússia)	1 527.0	3.47	13.07	1	Dívida Privada					
Ásia	Nikkei 225 (Japão)	10 395.2	17.19	15.42	2	31 Dez 12	Valor (p.b)	Variação (p.b.)		
	Hang Seng (Hong-Kong)	22 656.9	8.72	16.54	2	30 Set 12	30 Jun 12	31 D		
	Shangai Comp. (China)	2 269.1	8.77	1.96	3	Índices de CDS 5Y				
	Sensex 30 (India)	19 426.7	3.54	11.46	2	Itraxx	117.4	-19	-48	-1
A. Latina	Ibovespa (Brasil)	60 952.1	3.00	12.14	7	Itraxx Financials	67.5	-77	-152	-2
	Mexbol (México)	43 705.8	6.95	8.72	1	Itraxx Cross Over	482.9	-85	-178	-2

Factos relevantes 2012

Março de 2012 – Inauguração da Agência do Lobito, no município do Lobito, Província de Benguela.

Junho de 2012 – Assinatura com o Governo de Angola do Memorandum de Adesão ao Programa Angola Investe destinado ao desenvolvimento das Micro Pequenas e Médias Empresas Angolanas.

Junho de 2012 – Início do projecto de mudança de imagem do Finibanco de acordo com os seguintes princípios:

- maior identificação com o nosso accionista de referência Montepio Geral;
- maior proximidade à realidade e aos costumes africanos, em particular aos angolanos;
- uma imagem mais jovem e mais atractiva para os nossos clientes.

Outubro de 2012 – Realização da Escritura de Aumento do Capital Social do Finibanco para o montante equivalente a 50 Milhões USD.

Principais Indicadores de actividade

(Valores expressos em AKZ)

	31-Dez-11	31-Dez-12	Variação	Variação %
Indicadores e rácios financeiros				
Ø <i>Balanço:</i>	21.311.624.158	28.698.462.608	7.386.838.450	34,66%
Ø <i>Depósitos:</i>	16.058.160.757	19.345.362.033	3.287.201.276	20,47%
Ø <i>Crédito:</i>	6.828.993.098	10.012.382.888	3.183.389.790	46,62%
Ø <i>Crédito Vencido:</i>	940.417.000	1.334.707.747	394.290.747	41,93%
Ø <i>Reforço de Provisões:</i>	689.294.188	382.098.074	(307.196.114)	-44,57%
Ø <i>Margem Financeira:</i>	976.368.638	1.144.642.081	168.273.444	17,23%
Ø <i>Produto Bancário:</i>	3.046.578.433	3.325.796.181	279.217.749	9,16%
Ø <i>Custos de Estrutura:</i>	1.049.328.546	1.306.709.593	257.381.046	24,53%
Ø <i>Resultado Líquido:</i>	879.750.131	1.087.285.689	207.535.558	23,59%
Ø <i>Capitais Próprios:</i>	3.500.324.819	7.185.610.248	3.685.285.429	105,28%
Ø <i>Fundos Próprios Regulamentares:</i>	3.252.697.539	6.953.337.650	3.700.640.111	113,77%
Ø <i>Taxa de Conversão:</i>	47,40%	56,20%	9%	
Ø <i>Rácio de Eficiência:</i>	34,44%	39,29%	5%	
Ø <i>ROA (Retorno do Activo):</i>	4,13%	3,79%	-0,34%	
Ø <i>ROE (return on Equity):</i>	25,13%	15,13%	-10%	
Ø <i>Rácio de Solvabilidade:</i>	24,30%	43,49%	19%	
Ø <i>Rácio de Imobilizado:</i>	38,50%	20,70%	-18%	
Ø <i>Pessoal:</i>	119	126	7	5,88%
Ø <i>Custos c/ o Pessoal:</i>	436.640.680	513.068.516	76.427.836	17,50%
Ø <i>Número de Clientes:</i>	12.087	16.384	4.297	35,55%
Ø <i>Cartões Multicaixa:</i>	5.601	6.862	1.261	22,51%
Ø <i>Valor das Transacções Multicaixa:</i>	1.980	3.508	1.528	77,17%
Ø <i>ATM's:</i>	14	15	1	7,14%
Ø <i>TPA's:</i>	103	190	87	84,47%
Ø <i>Valor das Transacções TPA's:</i>	1.023.000	2.311.000	1.288.000	125,90%
Ø <i>Número Transferências p/ Exterior:</i>	14.349	14.525	176	1,23%

Recursos humanos

Dando continuidade aos compromissos assumidos desde o seu início de actividade, o Finibanco continuou a reforçar o seu quadro de pessoal com a admissão de jovens angolanos recém-licenciados, bem como o apetrechamento das suas principais unidades de negócio com elementos de comprovada experiência e conhecimentos da actividade bancária, de forma a permitir alavancar de forma rápida e sustentada a formação das equipas comerciais (balcões e centro de empresas).

A academia de S. Paulo continuou a ser o pólo por excelência das acções internas de formação, no entanto a formação *on-job* representou também um segmento fundamental dessa linha de orientação estratégica.

Em 2012 foram admitidos 20 novos funcionários, representando este acréscimo um aumento de cerca de 17% face ao efectivo existente no final de 2011.

QUADRO DE PESSOAL

	2012	2011
Sexo feminino	53	50
Sexo masculino	73	69
	126	119

ESTRUTURA ETÁRIA

	2012		2011	
Entre 18 e 34 anos	106	84%	104	87%
Entre 35 e 50 anos	18	14%	12	10%
Mais de 50 anos	2	2%	3	3%
	126	100%	119	100%

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS

	2012		2011	
Secundário	45	36%	38	31%
Bacharelato	9	7%	19	16%
Licenciatura	69	55%	60	50%
Mestrado, Doutoramento	3	2%	2	2%
	126	100%	119	100%

Actividade

Apesar de condicionado ao longo do ano de 2012 por factores externos e internos que influenciaram de alguma forma o normal desenrolar da actividade do banco, apenas ultrapassados no último trimestre, o Finibanco obteve ainda assim níveis de crescimento e de evolução dos principais indicadores em linha com os exercícios anteriores.

A carteira de clientes registou em 2012 um acréscimo de cerca de 36% face ao ano anterior, o que representa uma captação de 4.297 novos clientes.

NUMERO DE CLIENTES

	2012	2011
Clientes particulares	14.807	10.876
Clientes empresa	1.577	1.211
	16.384	12.087

Serviços

A adesão e utilização dos cartões de débito “Multicaixa” por parte dos nossos clientes continuaram a apresentar evoluções muito significativas, com níveis de crescimento muito favoráveis. O número de cartões activos aumentou em cerca de 23% face ao ano anterior. As transacções apresentaram quer em número, quer em valor, fortes evoluções, respectivamente 104% e 77%. Os contratos de *Homebanking* continuaram a apresentar as mesmas tendências crescentes de evolução, tendo aumentado em número, cerca de 33% face a 2011.

CARTOES MULTICAIXA EMITIDOS

	2012	2011
Cartões Multicaixa activos	6.862	5.601
Percentagem de adesão	42%	46%
Número de transacções	383.285	187.953
Valor das transacções	3.508.328	1.979.748

CONTRATOS DE HOMEBANKING (FININET) ACTIVOS

	2012	2011
Contratos Fininet	2.472	1.859
Percentagem de adesão	15%	15%

Em 2012 A rede de ATMs foi incrementada em apenas mais uma unidade afecta ao balcão do Lobito. Apesar disso, os valores dispensados aumentaram 20% face ao ano anterior, o que denota mais uma vez uma evolução positiva desta actividade.

MAQUINAS ATM EM SERVIÇO

	2012	2011
ATM's activas	15	14
Valores dispensados	8.148.979	6.772.381

A colocação de Terminais de Pagamento Automático junto dos nossos principais clientes empresa tem vindo a ser incrementada de forma contínua ao longo dos últimos anos, com particular ênfase durante o ano de 2012, cujas taxas de crescimento superaram as expectativas. Assim, é de registar o aumento de TPAs activos face a 2011, em cerca de 84%, o aumento do número de transacções em cerca de 65% e o aumento do volume de transacções em cerca de 125%.

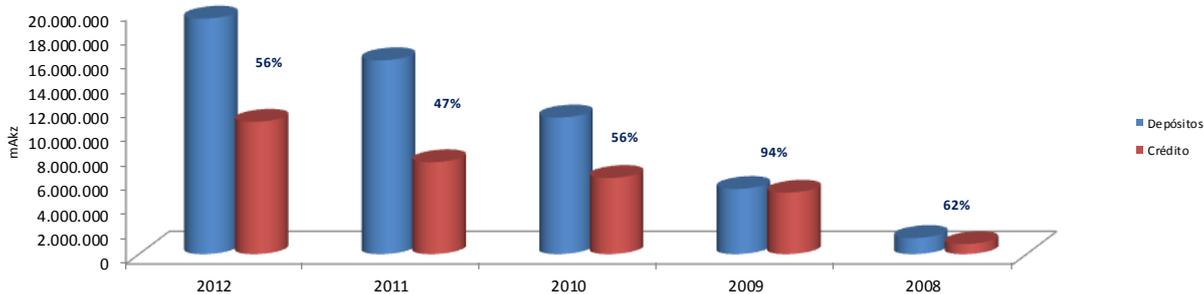
TPA EM SERVIÇO

	2012	2011
TPA's activos	190	103
Número de transacções	136.096	82.647
Valor das transacções	2.310.518	1.023.291

Crédito e Depósitos

O ano de 2012 caracterizou-se por um maior crescimento do crédito face aos depósitos, isto é, o crédito concedido cresceu cerca de 44%, enquanto os depósitos evoluíram em cerca de 21% face a 2011, o que se traduziu num aumento do rácio de transformação em cerca de 9 p.p. A evolução positiva deste indicador é o sinal claro do esforço feito pelo Finibanco no sentido de contribuir para o desenvolvimento económico e empresarial dos seus clientes e do país.

Rácio de Transformação



A concessão de crédito continuou a ser uma prioridade, no entanto não pudemos deixar de ter uma criteriosa política de análise e gestão de risco de crédito e de adequação às exigências da legislação do BNA. O crédito às empresas continuou a assumir grande preponderância, representando em 2012 cerca de 83% do total do crédito concedido.

CARTEIRA DE CREDITO POR TIPO E SEGMENTO

	2012		2011	
	Empresas	Particulares	Empresas	Particulares
Crédito concedido	9.080.545	1.793.430	6.003.466	1.548.718
Crédito por assinatura	1.349.412	300.000	1.168.959	0
	<u>10.429.957</u>	<u>2.093.430</u>	<u>7.172.425</u>	<u>1.548.718</u>

Em 2012 as operações de crédito em moeda estrangeira representaram 18% do total do crédito concedido, contra os 39% do ano anterior.

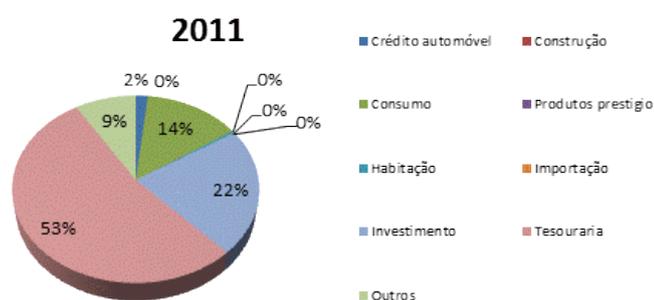
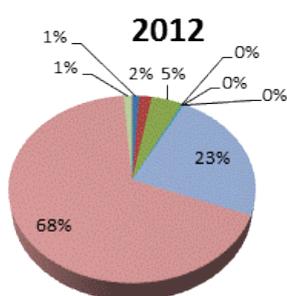
CARTEIRA DE CREDITO CONCEDIDO POR PRODUTO E MOEDA

	2012		2011	
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Moeda nacional	Moeda estrangeira
Conta corrente	3.790.619	1.471.497	1.450.965	1.361.921
Financiamento	1.053.467	180.902	1.110.477	779.935
Rendas	2.697.018	283.538	1.411.674	797.343
Descobertos	1.377.794	19.140	625.172	14.698
	<u>8.918.898</u>	<u>1.955.077</u>	<u>4.598.288</u>	<u>2.953.897</u>

Da análise à concessão por finalidade de crédito constata-se uma vez mais que o sector empresarial merece o maior destaque, com 68% do crédito concedido para apoio de tesouraria e 23% ao investimento.

CARTEIRA DE CREDITO CONCEDIDO POR FINALIDADE

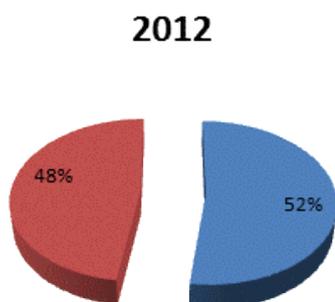
	2012	2011
Crédito automóvel	112.533	132.044
Construção	195.501	0
Consumo	486.698	1.050.235
Produtos prestígio	253	1.056
Habitação	35.985	26.523
Importação	0	0
Investimento	2.538.140	1.655.275
Tesouraria	7.372.053	4.021.614
Outros	132.812	665.437
	10.873.975	7.552.184



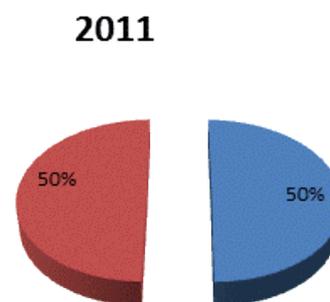
Durante o ano de 2012, a carteira de depósitos teve um crescimento na ordem dos 21% com relação ao exercício de 2011, verificando-se uma relação de equilíbrio entre depósitos à ordem e a prazo.

CARTEIRA DE DEPOSITOS POR SEGMENTO

	2012		2011	
	Empresas	Particulares	Empresas	Particulares
Depósitos à ordem	6.699.978	3.399.010	4.957.537	3.033.899
Depósitos a prazo	5.001.969	4.244.402	4.331.140	3.611.522
	11.701.947	7.643.412	9.288.677	6.645.421



■ dep a ordem
■ dep a prazo



Tal como no crédito, as operações em moeda nacional continuaram a assumir nos recursos captados a maior fatia, mantendo assim a tendência que já vinha de 2011. Assim, os depósitos em moeda nacional representaram 66% do total de depósitos, comparando com os 67% de 2011.

CARTEIRA DE DEPOSITOS POR MOEDA

	2012		2011	
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Moeda nacional	Moeda estrangeira
Depósitos à ordem	8.304.724	1.794.265	6.614.152	1.377.284
Depósitos a prazo	4.480.123	4.766.249	4.100.486	3.842.177
	12.784.847	6.560.514	10.714.638	5.219.461

Área Internacional

O Finibanco tem procurado satisfazer os seus clientes, empresas e particulares, nos diversos segmentos da actividade bancária e na prestação de serviços que se distingam pela sua eficiência e profissionalismo. Nesse particular a área de pagamentos e transferências com o exterior é das que mais se tem distinguido, quer pelo preçário associado a estas operações, quer pela qualidade do tratamento dado às necessidades dos clientes.

Apesar das dificuldades e limitações que existem nesta actividade, o Finibanco alia ao cumprimento da legislação do Banco Nacional de Angola, a rapidez no tratamento e na execução destas operações e em condições muito favoráveis para os seus clientes.

Em 2012 as transferências internacionais tiveram número e volumes muito semelhantes aos de 2011.

TRANSFERENCIAS PARA O EXTERIOR

	2012	2011
Nº de transferências realizadas	14.525	14.349
Valor das transferências realizadas (USD milhões)	465	461

Balanço

Finibanco Angola, S.A.

Balanço em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de AKZ)

	Notas	2012	2011
<i>Activo</i>			
Disponibilidades	3	9 863 689	9 089 128
Aplicações de liquidez			
Operações no mercado monetário interfinanceiro	4	5 000 847	-
Títulos e valores mobiliários			
Mantidos até ao vencimento	5	1 311 412	3 516 536
Créditos no sistema de pagamentos	6	312 186	727
Créditos	7	10 012 383	6 828 993
Créditos		10 873 975	7 675 507
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(861 592)	(846 514)
Outros valores	8	733 661	621 861
Imobilizações			
Imobilizações financeiras	9	23 730	18 592
Imobilizações corpóreas	10	1 232 012	1 006 751
Imobilizações incorpóreas	11	208 543	229 036
Total do Activo		28 698 463	21 311 624
<i>Passivo</i>			
Depósitos			
Depósitos à ordem	12	10 098 990	7 992 013
Depósitos a prazo	12	9 246 372	8 066 128
Outros depósitos	12	-	20
Obrigações no sistema de pagamentos	6	787 227	335 884
Outras captações	13	-	445 461
Outras obrigações	14	1 363 959	936 305
Provisões para responsabilidades prováveis	15	16 304	35 488
Total do Passivo		21 512 852	17 811 299
<i>Fundos próprios</i>			
Capital social	16	4 182 000	1 332 000
Reservas e fundos	17	1 916 325	1 288 575
Resultado do exercício		1 087 286	879 750
Total dos Fundos Próprios		7 185 611	3 500 325
		28 698 463	21 311 624

A Contabilidade



O Conselho de Administração



Demonstração de resultados

Finibanco Angola, S.A.

Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de AKZ)

	Notas	2012	2011
Margem financeira	20	1 144 641	976 368
Proveitos de instrumentos financeiros activos			
Proveitos de aplicações de liquidez		153 853	13 366
Proveitos de títulos e valores mobiliários		182 737	295 639
Proveitos de crédito		1 649 417	1 198 318
Custos de instrumentos financeiros passivos			
Custos de depósitos		837 098	526 048
Custos de captações para liquidez		4 268	4 907
Resultados de operações cambiais	21	1 245 445	1 241 006
Resultados de prestação de serviços financeiros	22	823 755	716 062
Provisões para crédito de liquidação duvidosa e prestação de garantias	23	382 098	689 294
Resultado de intermediação financeira		2 831 743	2 244 142
Custos administrativos e de comercialização			
Pessoal	24	513 068	436 641
Fornecimentos de terceiros	25	627 854	512 756
Impostos e taxas não incidentes sobre o resultado	26	2 279	1 208
Penalidades aplicadas por autoridades reguladoras	27	3 287	270
Outros custos administrativos e de comercialização	28	2 906	2 661
Depreciações e amortizações	29	130 523	98 342
Recuperação de custos	30	(111 954)	(113 141)
Outros proveitos e custos operacionais	31	32 358	(27 529)
Outros proveitos e custos operacionais		1 200 321	911 208
Resultado operacional		1 631 422	1 332 934
Resultado não operacional	32	11 097	7 302
Resultado antes dos impostos e outros encargos		1 642 519	1 340 236
Encargos sobre o resultado corrente	33	555 233	460 486
Resultado do exercício		1 087 286	879 750

A Contabilidade



O Conselho de Administração



Demonstração de mutações nos fundos próprios

Finibanco Angola, S.A.

Demonstração de Mutações nos Fundos Próprios em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de AKZ)

	Total dos fundos próprios	Capital social	Reserva legal	Prémio de emissão	Outras reservas	Resultado do exercício
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	2 872 575	1 332 000	121 489	148 000	452 002	819 084
Constituição de reservas						
Reserva legal	-	-	163 817	-	-	(163 817)
Outras reservas	-	-	-	-	403 267	(403 267)
Distribuição de resultados (nota 19)	(252 000)	-	-	-	-	(252 000)
Resultado do exercício	879 750	-	-	-	-	879 750
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	3 500 325	1 332 000	285 306	148 000	855 269	879 750
Constituição de reservas						
Reserva legal	-	-	175 950	-	-	(175 950)
Outras reservas	-	-	-	-	451 800	(451 800)
Distribuição de resultados (nota 19)	(252 000)	-	-	-	-	(252 000)
Aumento de capital (nota 16)	2 850 000	2 850 000	-	-	-	-
Resultado do exercício	1 087 286	-	-	-	-	1 087 286
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	7 185 611	4 182 000	461 256	148 000	1 307 069	1 087 286

A Contabilidade



O Conselho de Administração



Demonstração dos Fluxos de Caixa

Finibanco Angola, S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de AKZ)

	2012	2011
Fluxos de caixa da margem financeira	1 144 641	1 136 520
Recebimentos de proveitos de instrumentos financeiros activos	1 986 007	1 595 863
Recebimentos de proveitos de aplicações de liquidez	153 853	13 366
Recebimentos de proveitos de títulos e valores mobiliários	182 737	448 783
Recebimentos de proveitos de instrumentos financeiros derivados	-	-
Recebimentos de proveitos de crédito	1 649 417	1 133 714
(-) Pagamentos de custos de instrumentos financeiros passivos	841 366	459 343
Pagamentos de custos de depósitos	837 098	454 436
Pagamentos de custos de captações para liquidez	4 268	4 907
Fluxo de caixa dos resultados de negociações e ajustes ao valor justo	-	-
Fluxo de caixa dos resultados de operações cambiais	1 245 445	1 241 006
Fluxo de caixa dos resultados de prestação de serviços financeiros	823 755	728 167
Fluxo de caixa operacional da intermediação financeira	3 213 841	3 105 693
Recebimentos e pagamentos de outros proveitos e custos operacionais	(1 254 141)	(1 672 148)
(-) Pagamentos de custos administrativos e de comercialização	(1 138 297)	(790 898)
(-) Pagamentos de outros encargos sobre o resultado	(555 233)	(768 969)
Fluxo de caixa da liquidação de operações no sistema de pagamento	139 884	62 438
Fluxo de caixa dos outros valores e outras obrigações	219 909	(141 899)
Recebimentos de proveitos de imobilizações financeiras	-	-
Fluxo de caixa de outros custos e proveitos operacionais	79 596	(32 820)
Fluxo de caixa das operações	1 959 700	1 433 545
Fluxo de caixa dos investimentos de intermediação financeira	(6 380 395)	(2 534 076)
Fluxo de caixa dos investimentos em aplicações de liquidez	(5 000 847)	-
Fluxo de caixa dos investimentos em títulos e valores mobiliários activos	2 205 124	(113 990)
Fluxo de caixa dos investimentos em instrumentos financeiros derivados	-	-
Fluxo de caixa dos investimentos em operações cambiais	-	-
Fluxo de caixa dos investimentos em crédito	(3 584 672)	(2 420 086)
Fluxo de caixa dos investimentos em outros valores	-	-
Fluxo de caixa das imobilizações	(340 429)	(787 559)
Fluxo de caixa dos investimentos em imobilizações	(340 429)	(794 861)
Fluxo de caixa dos resultados na alienação de imobilizações	-	-
Fluxo de caixa dos outros ganhos e perdas não operacionais	-	7 302
Fluxo de caixa dos investimentos	(6 720 824)	(3 321 635)
Fluxo de caixa dos financiamentos de intermediação financeira	2 841 740	5 150 467
Fluxo de caixa dos financiamentos com depósitos	3 287 201	4 705 006
Fluxo de caixa dos financiamentos com captações para liquidez	-	-
Fluxo de caixa dos financiamentos com captações com títulos e valores mobiliários	-	-
Fluxo de caixa dos financiamentos com instrumentos financeiros derivados	-	-
Fluxo de caixa dos financiamentos com operações cambiais	-	-
Fluxo de caixa dos financiamentos com outras captações	(445 461)	445 461
Fluxo de caixa dos financiamentos com minoritários	-	-
Fluxo de caixa dos financiamentos com fundos próprios	2 693 945	(70 745)
Recebimentos por aumentos de capital	2 850 000	-
(-) Pagamentos por reduções de capital	-	-
(-) Pagamentos de dividendos	(156 055)	(70 745)
Recebimentos por alienação de acções ou quotas próprias em tesouraria	-	-
(-) Pagamentos por aquisição de acções ou quotas próprias em tesouraria	-	-
Fluxo de caixa dos financiamentos com outras obrigações	-	-
Fluxo de caixa dos financiamentos	5 535 685	5 079 722
Saldo em disponibilidades no início do período	9 089 128	5 897 496
Saldo em disponibilidades no final do período	9 863 689	9 089 128
Variações em disponibilidades	774 561	3 191 632

A Contabilidade



O Conselho de Administração



Finibanco Angola, S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2012

1 Constituição e actividade

O Finibanco Angola, S.A., que usa a marca Finibanco (adiante designado por “Finibanco Angola” ou “Banco”), trata-se de um Banco de capitais privados angolanos e estrangeiros, constituído por Escritura Pública de 4 de Setembro de 2007 no Primeiro Cartório Notarial da Comarca de Luanda. O Finibanco opera e tem sede social em Angola, na Travessa Engrácia Fragoso, n.º 24, R/C, Ingombota, Luanda.

O Banco dedica-se à obtenção de recursos de terceiros sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, na concessão de empréstimos, em depósitos no BNA, em aplicações em instituições de crédito, na aquisição de títulos e em outros activos, para os quais se encontra devidamente autorizado. O Banco presta ainda outros serviços bancários e realiza diversos tipos de operações em moeda estrangeira, dispondo para o efeito, em 31 de Dezembro de 2012, de uma rede de 11 balcões e de 1 centro de empresas (9 balcões e 1 centro de empresas em 31 de Dezembro de 2011).

No decurso do exercício de 2010, o Montepio Geral – Associação Mutualista, accionista único da Caixa Económica Montepio Geral (“CEMG”), procedeu à aquisição de 100% do capital da Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A. através de uma Oferta Pública de Aquisição no montante de Euros 341.250.000.

Em 31 de Março de 2011, o Montepio Geral – Associação Mutualista alienou a participação detida na Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A. à CEMG.

No que se refere à estrutura accionista, conforme detalhado na nota 16, o Banco é detido maioritariamente pelo Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com o Plano Contabilístico das Instituições Financeiras (“CONTIF”) requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os

julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos são apresentados na nota 2.2 p).

2 Principais políticas contabilísticas

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos mantidos pelo Banco, de acordo com os princípios contabilísticos consagrados no Plano Contabilístico das Instituições Financeiras (CONTIF), nos termos do Instrutivo n.º 9/2007, de 19 de Setembro, emitido pelo Banco Nacional de Angola (adiante igualmente designado por “BNA”), o qual passou a vigorar a partir de 1 de Janeiro de 2010 e actualizações subsequentes, nomeadamente através da Directiva n.º 04/DSI/2011, que estabelece a obrigatoriedade de adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – International Financial Reporting Standards) em todas as matérias relacionadas com procedimentos e critérios contabilísticos que não se encontrem estabelecidos no CONTIF.

O CONTIF tem como objectivo a uniformização dos registos contabilísticos e das divulgações financeiras numa aproximação às práticas internacionais, através da convergência dos princípios contabilísticos às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – International Financial Reporting Standards).

As demonstrações financeiras agora apresentadas reflectem os resultados das operações do Banco para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do princípio da especialização no qual os itens são reconhecidos como activos, passivos, fundos próprios, proveitos e custos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As demonstrações financeiras do Finibanco Angola relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 22 de Abril de 2013.

As políticas contabilísticas apresentadas nesta nota foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos das demonstrações financeiras agora apresentadas.

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 encontram-se expressas em milhares de Kwanzas, conforme Aviso n.º 15/2007, Art.º 5.º do BNA, tendo os activos e passivos denominados em moeda estrangeira sido convertidos com base no câmbio publicado pelo Banco Nacional de Angola naquelas datas.

Em 31 de Dezembro 2012 e 2011, os câmbios do Kwanza (AKZ) face às divisas a que o Banco se encontra mais exposto eram os seguintes:

	31-12-2012	31-12-2011
	<hr/>	<hr/>
1 USD	95,826	95,282
1 EUR	126,375	123,328

2.2 Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação as demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Especialização dos exercícios

Os proveitos e custos são reconhecidos em função do período de vigência das operações, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios, sendo registados quando se vencem, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os proveitos são considerados realizados quando:

- a) nas transacções com terceiros, o pagamento for efectuado ou assumido firme compromisso de efectivá-lo;
- b) na extinção, parcial ou total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento simultâneo de um activo de valor igual ou maior;
- c) na geração natural de novos activos, independentemente da intervenção de terceiros; ou
- d) no recebimento efectivo de doações e subvenções.

Os custos, por sua vez, são considerados incorridos quando:

- a) deixar de existir o correspondente valor activo, por transferência da sua propriedade para um terceiro;
- b) pela diminuição ou extinção do valor económico de um activo; ou
- c) pelo surgimento de um passivo, sem o correspondente activo.

b) Transacções em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema "multi-currency", sendo cada operação registada em função das respectivas moedas de denominação. As transacções em moeda estrangeira são convertidas para Kwanzas à taxa de câmbio indicativa publicada pelo BNA na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Kwanzas à taxa de câmbio indicativa publicada pelo BNA à data do balanço. Os custos e proveitos relativos a diferenças cambiais, realizadas ou potenciais, são registados na demonstração dos resultados do exercício em que ocorrem.

Os activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira, registados ao custo histórico, excepto imobilizações financeiras, são convertidos para Kwanzas à taxa de câmbio indicativa publicada pelo BNA na data da transacção.

Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são imediatamente registadas na posição cambial. Sempre que estas operações conduzam a variações dos saldos líquidos das diferentes moedas, há lugar à movimentação das contas de posição cambial, à vista ou a prazo, cujo conteúdo e critério de reavaliação são como segue:

Posição cambial à vista

A posição cambial à vista em cada moeda é dada pelo saldo líquido dos activos e passivos dessa moeda, assim como das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo com vencimento nos dois dias úteis subsequentes.

A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base na taxa de câmbio indicativa publicada pelo BNA nessa data, dando origem à movimentação da conta de posição cambial (moeda nacional), por contrapartida de resultados.

Posição cambial a prazo

A posição cambial a prazo em cada moeda corresponde ao saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação, com exclusão das que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes.

Todos os contratos relativos a estas operações (forwards de moeda) são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nas taxas de juro aplicáveis ao prazo residual de cada operação. A diferença entre os contravalores em Kwanzas às taxas de reavaliação a prazo aplicadas, e os contravalores às taxas contratadas, que representam o custo ou proveito ou o custo de reavaliação da posição cambial a prazo, é registada nas rubricas de "Operações cambiais" do activo ou do passivo, por contrapartida de resultados.

c) Créditos

Classificação do crédito

Os créditos concedidos a clientes são activos financeiros inicialmente registados pelos valores contratados, quando originados pelo Banco, ou pelos valores pagos, quando adquiridos a outras entidades. A componente de juros é objecto de relevação contabilística autónoma nas respectivas contas de balanço, sendo os respectivos

proveitos periodificados em resultados ao longo da vida das operações de crédito, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

Os créditos são subsequentemente registados pelo seu valor inicial, líquido das amortizações e provisões para créditos de liquidação duvidosa.

As responsabilidades relativas a garantias e avales prestados e créditos documentários são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em rubricas de resultados ao longo da vida das operações.

Desde a entrada em vigor do Aviso n.º 4/2011, de 8 de Junho, do BNA, posteriormente revogado pelo Aviso n.º 3/2012, de 28 de Março, do BNA, que as operações de crédito, por desembolso, são concedidas em moeda nacional para todas as entidades, com excepção do Estado e empresas com comprovadas receitas e recebimentos em moeda estrangeira, para as seguintes finalidades:

- Assistência financeira de liquidez, incluindo, entre outras, as contas correntes caucionadas;
- Financiamento automóvel;
- Empréstimo ao consumo;
- Micro crédito; e
- Adiantamento a depositantes ou descobertos;
- Outras modalidades de crédito financeiro com natureza de curto prazo (inferior a um ano).

As operações de crédito concedido a clientes, incluindo os créditos por assinatura, são classificadas em função do seu risco e submetidas à constituição de provisões, de acordo com o Aviso n.º 3/2012, de 28 de Março do BNA, que veio revogar o Aviso n.º 4/2011, de 8 de Junho do BNA, sobre a metodologia e classificação do crédito concedido a clientes e a determinação das respectivas provisões.

Nos termos do Aviso n.º 3/2012, de 28 de Março, do BNA, o Banco classifica as operações de crédito concedido, as garantias e avales prestados e os créditos documentários por ordem crescente de risco, de acordo com os seguintes níveis:

Nível	Risco
A	Nulo
B	Muito reduzido
C	Reduzido
D	Moderado

E	Elevado
F	Muito elevado
G	Perda

As operações de crédito que registam incumprimento são classificadas em função dos níveis de risco associados ao crédito vincendo e vencido de cada operação na data de referência das demonstrações financeiras, considerando para o efeito a classificação atribuída na fase de concessão de crédito e a antiguidade do incumprimento, respectivamente.

A classificação das operações de crédito a um mesmo cliente ou grupo económico, para efeitos de constituição de provisões, é efectuada na classe que apresentar maior risco.

A revisão e reclassificação do nível de risco de uma operação decorrem da avaliação efectuada pelo Comité de Crédito, tendo em consideração a percepção de risco associada à operação de crédito e a existência de eventuais garantias que estejam a colateralizar a dívida junto do Banco.

Sem prejuízo da revisão anteriormente descrita, a classificação das operações de crédito é revista mensalmente, em função do tempo decorrido desde a data de entrada das operações em incumprimento, de acordo com a seguinte tabela:

Níveis de risco	A	B	C	D	E	F	G
Tempo incorrido desde a data de incumprimento	Até 15 dias	de 15 a 30 dias	de 1 a 2 meses	de 2 a 3 meses	de 3 a 5 meses	de 5 a 6 meses	mais de 6 meses

A reclassificação do crédito para uma categoria de menor risco, em função da redução do atraso, está limitada ao nível estabelecido na classificação inicial ou decorrente da avaliação mensal.

Para os créditos concedidos a clientes por prazos superiores a dois anos, o tempo decorrido desde a entrada em incumprimento é considerado em dobro face ao período de tempo acima indicado.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa e prestação de garantias

As provisões para créditos de liquidação duvidosa, destinam-se a cobrir riscos potenciais existentes na carteira de crédito, incluído o crédito por assinatura e são constituídas mensalmente, resultando do produto decorrente da aplicação dos percentuais de provisionamento sobre o valor contabilístico de cada crédito, assim considerado o montante a receber do tomador do crédito, acrescido dos proveitos e dos encargos de qualquer natureza não recebidos, inclusive aqueles decorrentes de variação cambial, se houver.

Os níveis mínimos de provisionamento a aplicar a cada operação de crédito, em função do nível de risco em que a mesma se encontra classificada, são os seguintes:

Níveis de risco	A	B	C	D	E	F	G
% de provisão mínima	0%	1%	3%	10%	20%	50%	100%

As provisões para créditos de liquidação duvidosa assim calculadas asseguram o cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo BNA, através do Aviso n.º 3/2012, de 28 de Março.

As provisões para crédito concedido são classificadas no activo, na rubrica “Provisão para créditos de liquidação duvidosa” (nota 8) e as provisões para garantias prestadas, avales prestados e créditos documentários de importação não garantidos à data do balanço e limites irrevogáveis de crédito são apresentadas no passivo, na rubrica “Provisões para responsabilidades prováveis” (nota 15).

Créditos transferidos para prejuízos

Seis meses após a classificação de uma operação na Classe G, desde que a mesma apresente um atraso superior a 180 dias, o Banco abate esse crédito ao activo e utiliza a respectiva provisão (transferência de crédito para prejuízo). Adicionalmente, estes créditos permanecem registados numa rubrica extrapatrimonial por um prazo mínimo de dez anos.

Renegociação dos créditos

As operações que sejam objecto de renegociação são mantidas, pelo menos, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas no mês imediatamente anterior à renegociação. A reclassificação para uma classe de risco inferior ocorre apenas se houver uma amortização regular e significativa das responsabilidades. Os ganhos ou proveitos resultantes da renegociação só são registados aquando do seu efectivo recebimento.

Recuperação dos créditos transferidos para prejuízo

Nas situações em que são efectuadas recuperações de créditos anteriormente abatidos ao activo por utilização de provisões, os montantes recebidos são registados na rubrica de “Resultado não operacional”.

Apropriação de proveitos

O Banco procede à anulação de juros vencidos há mais de 60 dias bem como não reconhece juros a partir dessa data, para as operações de crédito em incumprimento, até ao momento em que o cliente regularize a situação.

d) Títulos e valores mobiliários

Classificação dos títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários adquiridos pelo Banco, são registados pelo valor efectivamente pago, incluindo corretagens e emolumentos.

O Conselho de Administração do Banco determina a classificação dos seus investimentos no reconhecimento inicial, numa das seguintes categorias, atendendo às características dos títulos e à sua intenção aquando da aquisição dos mesmos:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Os rendimentos produzidos pelos títulos e valores mobiliários, relativos a juros corridos durante o prazo até o vencimento ou dividendos declarados, devem ser considerados directamente no resultado do período, independentemente da categoria em que tenham sido classificados, observado que os relativos às acções adquiridas há menos de seis meses devem ser reconhecidos em contrapartida à adequada conta que regista o correspondente custo de aquisição.

O Banco classifica, de igual modo, os títulos e valores mobiliários, em ordem crescente de riscos, nos seguintes níveis, sendo observados os mesmos critérios de provisionamento definidos pelo CONTIF para a carteira de crédito:

Nível	Risco
A	Nulo
B	Muito reduzido
C	Reduzido
D	Moderado
E	Elevado
F	Muito elevado
G	Perda

O Banco classifica os títulos de dívida do Estado Angolano e do BNA no Nível A.

Títulos para negociação

São considerados títulos para negociação os títulos adquiridos com o objectivo de serem activa e frequentemente negociados.

Os títulos mantidos para negociação são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, incluindo custos directamente atribuíveis à aquisição do activo. Posteriormente, são valorizados ao justo valor, sendo o respectivo proveito ou custo proveniente da valorização reconhecido em resultados do exercício.

Títulos disponíveis para venda

São considerados títulos disponíveis para venda os títulos passíveis de serem eventualmente negociados e que não se enquadrem nas demais categorias.

São registados, no momento inicial, ao custo de aquisição, sendo posteriormente valorizados ao justo valor. As variações do justo valor são registadas por contrapartida de fundos próprios, sendo as valias reconhecidas em resultados do exercício quando da venda definitiva do activo.

Títulos mantidos até o vencimento

São considerados títulos mantidos até o vencimento, aqueles que são adquiridos com a finalidade de os manter em carteira até ao seu vencimento, desde que haja capacidade financeira do Banco para tal. Essa capacidade financeira é comprovada com base em projecção de fluxo de caixa, não considerando a possibilidade de venda dos títulos antes do vencimento.

As acções não resgatáveis não podem ser classificadas na categoria títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos mantidos até o vencimento são registados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos pela fluência dos seus prazos (incluindo periodificação do juro e do prémio/desconto por contrapartida de resultados), reconhecendo o Banco eventuais lucros ou prejuízos apurados na data do vencimento pela diferença entre o preço realizado e o respectivo valor contabilístico.

No caso de eventual venda dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento antes do resgate, devem ser registados os eventuais lucros ou prejuízos apurados na data da venda pela diferença entre o preço de venda e o seu valor contabilístico.

O Banco não poderá classificar quaisquer títulos e valores mobiliários na categoria títulos mantidos até o vencimento se, durante o exercício económico corrente ou em algum dos dois exercícios económicos anteriores, vendeu ou reclassificou parte substancial deles antes de seu vencimento, exceptuados os casos em que o valor de custo de aquisição dos títulos, acrescido dos rendimentos auferidos, não apresente diferença significativa em relação ao valor de mercado.

Os Títulos do Banco Central, os Bilhetes do Tesouro e as Obrigações do Tesouro são emitidos a valor descontado e registados pelo seu custo de aquisição. A diferença entre este e o valor nominal, que constitui a remuneração do Banco, é reconhecida contabilisticamente como proveito ao longo do período compreendido entre a data de compra e a data de vencimento dos títulos, na própria conta com a especificação "Proveitos a receber".

As Obrigações do Tesouro emitidas em moeda nacional indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos estão sujeitas a actualização cambial. O resultado da actualização cambial do valor nominal do título, do desconto e do juro corrido, é reflectido na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre, na rubrica "Proveitos de títulos e valores mobiliários".

No caso de títulos com prazo de vencimento inferior a um ano, para os quais não existe cotação em mercado activo com transacções regulares, os mesmos são valorizados com base no custo de aquisição por se entender que reflecte a melhor aproximação ao seu valor de mercado.

Transferência de títulos entre categorias

As transferências de uma categoria para outra somente poderão ocorrer por motivo isolado, não usual, não recorrente e que não pudesse ter sido razoavelmente antecipado, ocorrido após a data da classificação, devendo permanecer à disposição do BNA a documentação que servir de base para a reclassificação, devidamente acompanhada de exposição de motivos do Conselho de Administração do Banco.

A eventual transferência para categoria diversa deve levar em conta a intenção e a capacidade financeira do Banco e ser efectuada pelo valor de mercado do título ou valor mobiliário, observando-se, ainda, os seguintes procedimentos:

- 1) na hipótese de transferência da categoria de títulos para negociação para as demais categorias, não será admitido o estorno dos valores já registados no resultado decorrentes de ganhos ou perdas não realizados;
- 2) na hipótese de transferência da categoria títulos disponíveis para venda, os ganhos e perdas não realizados, registados como componente destacado nos fundos próprios, devem ser reconhecidos no resultado do período:
 - i. imediatamente, quando transferidas para a categoria títulos para a negociação;
 - ii. em função do prazo remanescente até o vencimento, quando transferidas para a categoria títulos mantidos até o vencimento;
- 3) na hipótese de transferência da categoria mantidos até o vencimento para as demais categorias, os ganhos e perdas não realizados devem ser reconhecidos:
 - i. imediatamente no resultado do período, quando transferidos para a categoria títulos para a negociação;
 - ii. como componente destacado nos fundos próprios, quando transferidos para a categoria títulos disponíveis para a venda.

Imparidade

As perdas de carácter permanente em títulos e valores mobiliários devem ser reconhecidas imediatamente no resultado do período, observado que o valor ajustado em decorrência do reconhecimento das referidas perdas passa a constituir a nova base de valor para efeito de apropriação de rendimentos. Não se admite a reversão destas perdas.

e) Imobilizações financeiras

Participações em outras sociedades

São consideradas participações em outras sociedades, as participações em sociedades, nas quais o Banco detém, directa ou indirectamente, uma percentagem inferior a 10% do respectivo capital votante.

As participações em outras sociedades são avaliadas pelo custo de aquisição, deduzido da provisão para perdas.

Os dividendos declarados decorrentes desses investimentos, são registados em resultados do período.

Quando esta se encontra denominada em moeda estrangeira, é objecto de actualização cambial, sendo o resultado desta actualização cambial reflectido em rubrica específica nos fundos próprios.

Outros investimentos

Esta rubrica inclui direitos de qualquer natureza não classificáveis nas demais rubricas do activo, nem em imobilizações corpóreas ou incorpóreas, tais como, património artístico.

f) Imobilizações incorpóreas e corpóreas

Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas correspondem, essencialmente, organização e expansão, benfeitorias em imóveis de terceiros e software, sempre que o Banco consiga demonstrar que os mesmos venham a gerar benefícios económicos futuros. Estas despesas são registadas pelo seu custo de aquisição e amortizadas linearmente por duodécimos ao longo de um período de três anos, com excepção das benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, as quais são amortizadas conforme o prazo expectável de duração do contrato de arrendamento ou pela vida útil das mesmas, se inferior.

Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, sendo permitida a sua reavaliação ao abrigo das disposições legais aplicáveis.

Uma percentagem equivalente a 30% do aumento das amortizações que resulta das reavaliações efectuadas não é aceite como custo para efeitos fiscais.

A depreciação é calculada pelo método das quotas constantes às taxas máximas fiscalmente aceites como custo, de acordo com o Código do Imposto Industrial, que correspondem aos seguintes anos de vida útil estimada:

	Número de anos	Taxa de amortização
Imobilizado incorpóreo	3	33%
Imóveis de serviço próprio		
Edifícios	100	1%
Obras em edifícios arrendados	6	16,67%
Equipamento		
Instalações	20 a 40	2,5% a 5%
Mobiliário e material	20	5%
Equipamento informático	6	16,67%
Material de transporte	6	16,67%
Outras imobilizações corpóreas	12 a 20	5% a 8,33%

As imobilizações em curso, que correspondem, essencialmente, a Edifícios e a balcões em construção e ao respectivo mobiliário, encontram-se registadas pelo seu custo de aquisição e iniciarão a sua amortização quando os respectivos Edifícios e os balcões entrarem em funcionamento.

g) Redução no valor recuperável de outros activos (imparidade)

O Banco avalia periodicamente os seus activos, especialmente na ocasião da elaboração de demonstrações financeiras, com vista a identificar activos que apresentem o valor recuperável inferior ao valor contabilístico. O reconhecimento da redução no valor contabilístico (imparidade) de um activo acontece, sempre que o seu valor contabilístico exceder o valor recuperável, por contrapartida de resultados.

Na avaliação do indício de imparidade, a instituição deve considerar, no mínimo, as seguintes indicações:

- 1) declínio significativo no valor de um activo, maior do que o esperado no seu uso normal;
- 2) mudanças significativas no ambiente tecnológico, económico ou legal, com efeitos adversos sobre o Banco;
- 3) aumento nas taxas de juros ou outras taxas de mercado, com efeitos sobre as taxas de desconto e conseqüente redução no valor presente ou no valor recuperável dos activos;
- 4) valor contabilístico de activos líquidos maior do que o valor de mercado;
- 5) evidência disponível de obsolescência ou perda de capacidade física de um activo;
- 6) mudanças significativas na forma de utilização do activo, como descontinuidade ou reestruturação, com efeitos adversos para o Banco; e
- 7) indicação de que o desempenho económico do activo será pior do que o esperado.

h) Reserva de actualização monetária de imobilizações e dos fundos próprios

Nos termos do Aviso n.º 2/2009, de 8 de Maio, do BNA sobre actualização monetária, o qual revogou o Aviso n.º 19/2007, de 26 de Setembro, as instituições financeiras devem, em caso de existência de inflação, considerar mensalmente os efeitos da modificação no poder de compra da moeda nacional, com base na aplicação do índice de Preços ao Consumidor, nas imobilizações e nos saldos de capital, reservas e resultados transitados.

As demonstrações financeiras de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia hiperinflacionária devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço. A hiperinflação é indicada pelas características do ambiente económico de um país que inclui, mas sem limitar, as seguintes situações:

- i) A população em geral prefere guardar a sua riqueza em activos não monetários ou em moeda estrangeira relativamente estável. As quantias da moeda local detidas são imediatamente investidas para manter o poder de compra;
- ii) A população em geral vê as quantias monetárias em termos de moeda estrangeira estável. Os preços podem ser cotados nessa moeda;
- iii) As vendas e compras a crédito têm lugar a preços que compensem a perda esperada do poder de compra durante o período do crédito, mesmo que o período seja curto;
- iv) As taxas de juro, salários e preços estão ligados a um índice de preços; e
- v) A taxa acumulada de inflação durante os últimos 3 anos aproxima-se de, ou excede, 100%.

O valor resultante da actualização monetária das imobilizações deve ser reflectido mensalmente a crédito na conta de “Resultado da Actualização Monetária”, por

contrapartida das rubricas de valor bruto e amortizações acumuladas das imobilizações.

O valor resultante da actualização monetária deve ser reflectido mensalmente, a débito na conta de “Resultado da Actualização Monetária” da demonstração de resultados, por contrapartida do aumento dos saldos de fundos próprios, com excepção da rubrica “Capital Social”, que deve ser classificada numa rubrica específica (“Reserva de actualização monetária do Capital Social”) que só pode ser utilizada para posterior aumento de capital.

Nos exercícios de 2012 e 2011, o Banco não procedeu à actualização monetária das suas imobilizações financeiras e dos seus fundos próprios, em virtude da inflação verificada, bem como a evolução cambial que ocorreu ao longo do período, não perspectivarem que Angola pudesse ser considerada uma economia hiperinflacionária, nos termos do normativo em vigor.

i) Benefícios a colaboradores

Responsabilidades com pensões de reforma

A Lei n.º 07/04, de 15 de Outubro, que revogou a Lei n.º 18/90, de 27 de Outubro, que regulamenta o sistema de Segurança Social de Angola, prevê a atribuição de pensões de reforma a todos os trabalhadores Angolanos inscritos na Segurança Social. O valor destas pensões é calculado com base numa tabela proporcional ao número de anos de trabalho, aplicada sobre a média dos salários íliquidos mensais recebidos nos períodos imediatamente anteriores à data em que o trabalhador cessar a sua actividade. De acordo com o Decreto n.º 7/99, de 28 de Maio, as taxas de contribuição para este sistema são de 8% para a entidade empregadora e de 3% para os trabalhadores.

Adicionalmente, de acordo com a Lei n.º 2/2000 e com os artigos 218.º e 262.º da Lei Geral do Trabalho, a compensação a pagar pelo Banco no caso de caducidade do contrato de trabalho por reforma do trabalhador determina-se multiplicando 25% do salário base mensal praticado na data em que o trabalhador atinge a idade legal de reforma pelo número de anos de antiguidade.

Remuneração variável paga aos colaboradores

O Banco atribui remunerações variáveis aos seus colaboradores em resultado do seu desempenho (prémios de desempenho). Compete ao Conselho de Administração fixar os respectivos critérios de alocação a cada colaborador, sempre que a mesma seja atribuída. A remuneração variável atribuída aos colaboradores é registada por contrapartida de resultados no exercício a que dizem respeito, apesar de pagável no ano seguinte.

Provisão para férias e subsídio de férias

A Lei Geral do Trabalho, em vigor em 31 de Dezembro de 2012, determina que o montante de subsídio de férias pagável aos trabalhadores em determinado exercício é um direito por eles adquirido no ano imediatamente anterior. Consequentemente, o

Banco releva contabilisticamente no exercício os valores relativos a férias e subsídio de férias pagáveis no ano seguinte (nota 14).

j) Impostos sobre lucros

O Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A. A tributação dos seus rendimentos é efectuada nos termos dos números 1 e 2 do Artigo 72.º, da Lei n.º 18/92, de 3 de Julho, sendo, actualmente, a taxa de Imposto aplicável de 35%, na sequência das alterações introduzidas pela Lei n.º 5/99, de 6 de Agosto (nota 33).

Os prejuízos fiscais apurados em determinado exercício, conforme disposto no artigo 46.º do Código do Imposto Industrial, podem ser deduzidos aos lucros tributáveis dos três anos posteriores.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de 5 anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, em eventuais correcções ao lucro tributável dos exercícios de 2008 a 2012. No entanto, não é previsível que qualquer correcção relativa a estes exercícios venha a ocorrer e, caso ocorra, não são esperados impactos significativos nas Demonstrações financeiras.

Imposto corrente

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais ou que apenas serão considerados em outros períodos contabilísticos.

Imposto diferido

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável. Os impostos diferidos activos e passivos são calculados com base nas taxas fiscais em vigor para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo. Os prejuízos fiscais reportáveis dão também origem a impostos diferidos activos, quando recuperáveis.

Os passivos fiscais diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os activos fiscais diferidos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados activos fiscais diferidos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Apesar disto, não são registados activos ou passivos fiscais diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

Reforma tributária

Em 30 de Dezembro de 2011 foi publicado um novo pacote legislativo que altera os principais códigos fiscais angolanos, introduzindo alterações significativas ao nível dos vários impostos que compõem o ordenamento jurídico-fiscal angolano.

No entanto, a maioria dos códigos fiscais ainda não foi distribuída na Imprensa Nacional, com excepção dos códigos do Imposto do Selo, Imposto sobre a Aplicação de Capitais e Imposto de Consumo.

Nesse sentido, as principais alterações que se espera que venham a ser introduzidas pela reforma fiscal podem ser resumidas como segue:

- Redução da taxa de imposto industrial de 35% para 30%;
- Tributação dos rendimentos de títulos e dos juros de aplicações financeiras em outras instituições de crédito em sede de Imposto de Aplicação de Capitais (“IAC”) à taxa de 10%/15%, ficando os mesmos excluídos de tributação, em sede de contribuição industrial;
- Tributação de variações patrimoniais positivas, com excepção da que decorrem de entradas de capital ou de coberturas de prejuízos efectuadas pelos titulares de capital;
- Limitação dos custos ou perdas dedutíveis e definição de custos e perdas não dedutíveis, sujeitos a tributação autónoma, incluindo custos não devidamente documentados;
- Revogação da tabela das taxas anuais de reintegrações e amortizações, aprovada pela Portaria n.º 755/72, de 26 de Outubro, sendo aprovada uma nova tabela pelo Decreto executivo sobre amortizações e reintegrações do imobilizado; e
- Autoliquidação provisória de imposto industrial correspondente a 15% do resultado derivado de operações de intermediação financeira, apurado nos primeiros seis meses do exercício anterior.

k) Provisões e contingências

Provisões

As provisões representam responsabilidades prováveis com prazos e valores estimados. São reconhecidas provisões quando (i) o Banco tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade, na data do balanço.

Contingências passivas

Caso o Banco tenha uma responsabilidade em que não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de uma contingência passiva. As contingências passivas são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

São reconhecidas contingências passivas em contas extrapatrimoniais quando (i) o Banco tem uma possível obrigação presente cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, que não estejam sob o controlo do Banco; (ii) uma obrigação presente que surge de eventos passados, mas que não é reconhecida porque não é provável que o Banco tenha de a liquidar ou o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente segurança.

As contingências passivas são reavaliadas periodicamente para determinar se a avaliação anterior continua válida. Se for provável que uma saída de recursos será exigida para um item anteriormente tratado como uma contingência passiva, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período no qual ocorre a mudança na estimativa de probabilidade.

Contingências activas

Uma contingência activa é um possível activo presente, decorrente de eventos passados, cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, que não estejam totalmente sob o controlo da instituição. As contingências activas são apenas objecto de divulgação e reconhecidas em contas extrapatrimoniais, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As contingências activas devem ser reavaliadas periodicamente para determinar se a avaliação inicial continua válida. Se for praticamente certo que uma entrada de recursos ocorrerá por conta de um activo, entrada esta anteriormente classificada como provável, o activo e o correspondente ganho devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que ocorrer a mudança de estimativa.

l) Reconhecimento de proveitos resultantes de serviços e comissões

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se resultarem da execução de actos únicos.

m) Resultado por acção

O resultado por acção é calculado dividindo o resultado líquido atribuível a accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação no exercício, excluindo o número médio de acções ordinárias compradas pelo Banco e detidas como acções próprias.

Se o resultado por acção for alterado em resultado de uma emissão a prémio ou desconto ou outro evento que altere o número potencial de acções ordinárias ou alterações nas políticas contabilísticas, o cálculo do resultado por acção para todos os períodos apresentados é ajustado retrospectivamente.

n) Bens não de uso próprio

Os bens não de uso próprio são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos activos e os activos ou grupos de activos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

O Banco classifica em bens não de uso próprio os bens detidos por recuperação de crédito, que se encontram mensurados inicialmente pelo menor entre o seu justo valor líquido de despesas e o valor contabilístico do crédito existente na data em que foi efectuada a dação.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações periódicas efectuadas pelo Banco.

A mensuração subsequente destes activos é efectuada ao menor do seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido de despesas, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

o) Distribuição de dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo e deduzidos da rubrica de capital próprio após aprovação pelos accionistas.

p) Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas

As contas do Banco integram estimativas realizadas em condições de incerteza, que requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento de forma a apurar a estimativa adequada.

Desta forma, em algumas situações as estimativas apuradas pelo Conselho de Administração do Banco, poderiam ser diferentes caso um julgamento distinto fosse efectuado. O Conselho de Administração considera que os critérios adoptados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Banco e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Utilizaram-se estimativas e pressupostos, nomeadamente nas áreas significativas de Provisões para créditos de liquidação duvidosa, Títulos e valores mobiliários mantidos até ao vencimento, Provisões para responsabilidades prováveis e Impostos sobre os lucros.

q) Fluxos de caixa

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, o Banco considera como disponibilidades o total dos saldos das rubricas de caixa, disponibilidades no Banco Central e disponibilidades em instituições financeiras.

r) Compensação de saldos

Os elementos do activo e do passivo devem ser valorizados separadamente, não sendo permitidas quaisquer compensações entre os saldos devedores e credores, inclusive das contas de resultado, com excepção das compensações relativas às operações interdepartamentais ou interdependências, ou outras definidas pelo BNA.

3 Disponibilidades

Esta rubrica é apresentada como segue:

	2012 AKZ '000	2011 AKZ '000
Caixa		
Valores em tesouraria em moeda nacional	1 443 200	810 588
Valores em tesouraria em moeda estrangeira	673 882	794 403
Disponibilidades no Banco Central		
Depósitos à ordem em moeda nacional	4 007 829	5 391 415
Depósitos à ordem em moeda estrangeira		
Em Dólares dos Estados Unidos	1 115 894	866 590
Disponibilidades em instituições de crédito		
No país - cheques a cobrar	32 111	22 161
No estrangeiro - Depósitos à ordem		
Em Dólares dos Estados Unidos	1 774 616	1 202 392
Em Euros	814 529	-
Em Randes	605	-
Em Libras Esterlinas	111	684
Em Coroas Suecas	733	689
Em Francos Suíços	68	206
Em Ienes Japoneses	111	-
	<hr/> <hr/> 9 863 689	<hr/> <hr/> 9 089 128

As Disponibilidade no Banco Central em moeda nacional e moeda estrangeira visam cumprir as disposições em vigor de manutenção de reservas mínimas obrigatórias e não são remunerados.

As reservas mínimas obrigatórias são apuradas nos termos do disposto no Instrutivo n.º 2/2011 de 28 de Abril, e são constituídas em moeda nacional e em moeda estrangeira, em função da respectiva denominação dos passivos que constituem a sua base de incidência, devendo ser mantidas durante todo o período a que se referem.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as exigibilidades de manutenção de reservas obrigatórias foram apuradas através da aplicação de uma taxa de 20% sobre a média aritmética dos saldos diários dos passivos elegíveis em moeda nacional e de uma taxa de 15% sobre a média aritmética dos saldos diários dos passivos elegíveis em moeda estrangeira, estando prevista a dedução de 25% da média aritmética semanal dos saldos diários de caixa em moeda nacional para a exigibilidade em moeda nacional.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica Disponibilidades em instituições de crédito mantidas junto de instituições de crédito também não são remuneradas.

A rubrica Disponibilidades em outras instituições de crédito - No país - cheques a cobrar corresponde a cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito que foram apresentados à compensação e que se encontram em cobrança.

A rubrica Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro engloba os saldos das contas junto do banco correspondente inserindo-se estes montantes na gestão da actividade corrente do Banco.

4 Aplicações de liquidez

Esta rubrica é apresentada como segue:

	2012 AKZ '000	2011 AKZ '000
Aplicações sobre instituições de crédito no país		
Operação no mercado monetário interfinanceiro		
Em Kwanzas	5 000 000	-
Proveitos a receber	847	-
	<u>5 000 847</u>	<u>-</u>

A aplicação efectuada pelo Finibanco Angola em instituições de crédito no país é remunerada à taxa do mercado angolano, com um curto-prazo residual contratada junto do Banco de Negócios Internacional, a qual vence juros à taxa anual de 6,18% e tem vencimento no dia 2 de Janeiro de 2013.

5 Títulos e valores mobiliários

Esta rubrica é apresentada como segue:

	2012 AKZ '000	2011 AKZ '000
Títulos mantidos até ao vencimento		
Bilhetes do tesouro	-	536 045
Títulos do Banco Central	-	2 980 491
Obrigações do tesouro	312 957	-
Obrigações do tesouro indexadas a taxas de câmbio	998 455	-
	<u>1 311 412</u>	<u>3 516 536</u>

A 31 de Dezembro de 2012, a carteira de títulos do banco era composta exclusivamente por títulos mantidos até ao vencimento, nomeadamente, Obrigações do Tesouro em moeda nacional e Obrigações do tesouro indexadas ao Dólar dos Estados Unidos da América, emitidas em 2012 com vencimento a 2 anos.

Em 31 de Dezembro de 2012, a composição dos títulos de dívida mantidos até ao vencimento é apresentada como segue:

Emitente	Nível de risco	País	Moeda	Quantidade	2012					
					Valor Nominal AKZ '000	Montante AKZ '000	Proveitos a receber AKZ '000	Valor de balanço AKZ '000	Taxa de juro média	
Títulos mantidos até ao vencimento										
Obrigações de tesouro	MINF	A	Angola	AKZ	3 036	303 600	303 600	9 357	312 957	6,98%
Obrigações de tesouro indexadas a taxas de câmbio	MINF	A	Angola	AKZ	8 060	961 558	968 553	29 902	998 455	6,98%
						<u>1 265 158</u>	<u>1 272 153</u>	<u>39 259</u>	<u>1 311 412</u>	

Em 31 de Dezembro de 2011, a composição dos títulos de dívida mantidos até ao vencimento é apresentada como segue:

Emitente	Nível de risco	País	Moeda	Quantidade	2011					
					Valor Nominal AKZ '000	Montante AKZ '000	Proveitos a receber AKZ '000	Valor de balanço AKZ '000	Taxa de juro média	
Títulos mantidos até ao vencimento										
Bilhetes do tesouro	BNA	A	Angola	AKZ	5 545	554 528	517 534	18 511	536 045	7,25%
Títulos do Banco Central	BNA	A	Angola	AKZ	30 000	3 000 000	2 964 770	15 721	2 980 491	7,08%
						<u>3 554 528</u>	<u>3 482 304</u>	<u>34 232</u>	<u>3 516 536</u>	

O Banco classifica os títulos de dívida do Estado Angolano e do BNA no nível A.

O Finibanco Angola avaliou com referência a 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a existência de evidência objectiva da imparidade na sua carteira de títulos mantidos até ao vencimento, não tendo verificado eventos com impacto no montante recuperável dos fluxos de caixa futuros desses investimentos.

Os títulos mantidos até ao vencimento são valorizados de acordo com o descrito na política contabilística descrita na nota 2.2 d).

Durante os exercícios de 2012 e 2011, o Finibanco Angola não procedeu a transferências para ou desta categoria de activos.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a distribuição dos títulos de dívida por indexante é a seguinte:

	2012 AKZ '000	2011 AKZ '000
	Valor de balanço taxa fixa	Valor de balanço taxa fixa
Títulos de dívida - Mantidos até ao vencimento		
Obrigações de tesouro	312 957	-
Obrigações de tesouro indexadas a taxas de câmbio	998 455	-
Bilhetes do tesouro	-	536 045
Títulos do Banco Central	-	2 980 491
	1 311 412	3 516 536

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os títulos em carteira apresentavam a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	2012				
	Inferior a 3 meses AKZ '000	Entre 3 e 6 meses AKZ '000	Entre 3 meses e 1 ano AKZ '000	Superior a 1 ano AKZ '000	Total AKZ '000
Títulos de dívida - Mantidos até ao vencimento					
Obrigações de tesouro	-	-	-	312 957	312 957
Obrigações de tesouro indexadas a taxas de câmbio	-	-	-	998 455	998 455
	-	-	-	1 311 412	1 311 412
	2011				
	Inferior a 3 meses AKZ '000	Entre 3 e 6 meses AKZ '000	Entre 3 meses e 1 ano AKZ '000	Superior a 1 ano AKZ '000	Total AKZ '000
Títulos de dívida - Mantidos até ao vencimento					
Bilhetes do tesouro	-	25 366	510 679	-	536 045
Títulos do Banco Central	2 980 491	-	-	-	2 980 491
	2 980 491	25 366	510 679	-	3 516 536

6 Créditos e obrigações no sistema de pagamentos

Os Créditos e obrigações no sistema de pagamentos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 apresentam-se como segue:

	2012 AKZ '000	2011 AKZ '000
Créditos no sistema de pagamentos		
Relações entre instituições		
Compensação de valores a receber	2 519	706
Devedores por outras operações pendentes de liquidação	309 667	-
Operações cambiais à vista a receber	-	21
	<hr/> 312 186	<hr/> 727
Obrigações no sistema de pagamentos		
Relações entre instituições		
Compensação de valores a liquidar	223 022	24 183
Credores por outras operações pendentes de liquidação	9 329	5 820
Operações cambiais à vista a liquidar	310 462	-
Compensação no sistema de transferência a crédito	6 913	-
Ordens de pagamento emitidas - Correspondentes	237 501	305 881
	<hr/> 787 227	<hr/> 335 884
	<hr/> <hr/> (475 041)	<hr/> <hr/> (335 157)

A rubrica Créditos no sistema de pagamentos agrega os recursos a receber de operações efectuadas com terceiros que se encontrem em trânsito na instituição.

Em 31 de Dezembro de 2012, a rubrica Devedores por outras operações pendentes de liquidação no montante de AKZ 309.667.000, refere-se à venda de divisas no Mercado Primário de Divisas efectuada pelo Finibanco Angola, a qual foi regularizada no início de 2013.

As subrubricas Compensação de valores a receber e a liquidar correspondem a valores pendentes de liquidação, a qual foi efectuada nos dias subsequentes à data de Balanço por intermédio dos respectivos componentes do sistema de pagamentos angolano que funciona em tempo real.

A rubrica Obrigações no sistema de pagamentos agrega as obrigações decorrentes de operações efectuadas com outras instituições.

A 31 de Dezembro de 2012, a rubrica Operações cambiais à vista a liquidar regista o montante de AKZ 310.462.000 referente a valores a pagar pela aquisição de moeda estrangeira junto de outras instituições, aas quais foram regularizadas no início de 2013.

A 31 de Dezembro de 2012, a rubrica Ordens de pagamento emitidas – Correspondentes regista o montante de AKZ 237.501.000 (2011: AKZ 305.881.000) referente a operações com o estrangeiro pendentes de liquidação.

7 Créditos

Esta rubrica é apresentada como segue:

	2012	2011
	AKZ '000	AKZ '000
Crédito interno		
Em moeda nacional		
Sector empresarial	7 308 652	3 716 534
Particulares	1 428 289	850 465
Em moeda estrangeira		
Sector empresarial	1 679 861	2 286 933
Particulares	259 449	660 284
	<hr/>	<hr/>
	10 676 251	7 514 216
	<hr/>	<hr/>
Crédito ao exterior		
Em moeda nacional		
Particulares	95 914	31 290
Em moeda estrangeira		
Particulares	1 944	6 679
	<hr/>	<hr/>
	97 858	37 969
	<hr/>	<hr/>
	10 774 109	7 552 185
	<hr/>	<hr/>
Proveitos a receber de crédito concedido	99 866	123 322
	<hr/>	<hr/>
	10 873 975	7 675 507
	<hr/>	<hr/>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(861 592)	(846 514)
	<hr/>	<hr/>
	10 012 383	6 828 993
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

O crédito total inclui o crédito vivo e vencido, os proveitos a receber líquidos de provisões e exclui as garantias prestadas e compromissos irrevogáveis.

No âmbito da política de recursos humanos do Banco, em 2012, o saldo de crédito concedido aos colaboradores do Banco, foi de AKZ 176.022.000 (2011: AKZ 78.158.000).

A 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o conjunto dos vinte maiores clientes do Banco representam 49,8% e 46,5% do total da carteira de crédito, respectivamente.

A 31 de Dezembro de 2012, os créditos concedidos a clientes em moeda nacional e estrangeira venciam juros às taxas médias anuais de 18,87% e 14,06% respectivamente (2011: 21,55% e 13,88%).

A 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o prazo residual do crédito vincendo, apresenta a seguinte estrutura:

	2012 AKZ '000	2011 AKZ '000
Até 3 meses	1 426 558	3 179 535
De 3 meses a 6 meses	8 833 603	2 082 371
De 6 meses a 1 ano	37 643	509 293
De 1 ano a 5 anos	208 361	1 869 854
De 5 anos a 10 anos	79 879	12 661
Mais de 10 anos	287 931	21 793
	<hr/> 10 873 975 <hr/>	<hr/> 7 675 507 <hr/>

A 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o detalhe do crédito por moeda, apresenta a seguinte estrutura:

	2012 AKZ '000	2011 AKZ '000
Moeda nacional		
Kwanzas	8 918 897	4 664 469
Moeda estrangeira		
Dólares dos Estados Unidos	1 955 078	3 011 038
	<hr/> 10 873 975 <hr/>	<hr/> 7 675 507 <hr/>

A 31 de Dezembro de 2012, a composição da carteira de crédito e garantias com base no Código de Actividade Económica atribuído pelo Banco e garantias por sectores de actividade económica é apresentada como segue:

2012				
Sector de actividade	Crédito AKZ '000	Garantias AKZ '000	Total AKZ '000	%
Indústrias extractivas	822 429	-	822 429	7%
Indústrias transformadoras	1 320 949	593 092	1 914 041	15%
Construção geral	1 461 017	285 779	1 746 796	14%
Actividades imobiliárias	20 873	-	20 873	0%
Comércio por grosso e retalho	2 027 188	18 467	2 045 655	16%
Transpostes, armazenagem e comunicações	94 115	6 319	100 434	1%
Saúde, educação e acção social	110 665	-	110 665	1%
Outros sectores	320 866	-	320 866	3%
Prestação de serviços	2 666 830	445 754	3 112 584	25%
Particulares	1 793 430	300 000	2 093 430	16%
Agricultura e pesca	235 613	-	235 613	2%
	<u>10 873 975</u>	<u>1 649 411</u>	<u>12 523 386</u>	<u>100%</u>

A 31 de Dezembro de 2011, a composição da carteira de crédito e garantias com base no Código de Actividade Económica atribuído pelo Banco e garantias por sectores de actividade económica é apresentada como segue:

2011				
Sector de actividade	Crédito AKZ '000	Garantias AKZ '000	Total AKZ '000	%
Indústrias extractivas	517 353	22 580	539 933	6%
Indústrias transformadoras	683 607	247 632	931 239	11%
Construção geral	1 473 777	162 185	1 635 962	18%
Actividades imobiliárias	25 560	-	25 560	0%
Comércio por grosso e retalho	1 686 045	58 856	1 744 901	19%
Transpostes, armazenagem e comunicações	146 815	-	146 815	2%
Saúde, educação e acção social	52 228	-	52 228	1%
Outros sectores	241 994	-	241 994	3%
Prestação de serviços	1 087 899	659 640	1 747 539	20%
Particulares	1 577 729	-	1 577 729	18%
Agricultura e pesca	182 500	18 317	200 817	2%
	<u>7 675 507</u>	<u>1 169 210</u>	<u>8 844 717</u>	<u>100%</u>

A 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a distribuição da carteira de crédito por província é como segue:

Código	Descrição	2012 AKZ '000	2011 AKZ '000
5500	Luanda	10 008 421	7 322 426
3500	Huambo	485 980	314 951
1015	Benguela	194 935	-
0500	Bengo	184 639	38 130
		10 873 975	7 675 507

A 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as taxas médias ponderadas da carteira de crédito são apresentadas como segue:

	2012	2011
Descobertos	27,95%	31,45%
Crédito	16,52%	17,36%

Apresenta-se de seguida a distribuição dos créditos e proveitos a receber, excluindo crédito indirecto, por classe de risco e respectivas provisões para créditos de liquidação duvidosa em 31 de Dezembro de 2012 e 2011:

Grau de risco	2012				
	Crédito vivo AKZ '000	Crédito vencido AKZ '000	Total AKZ '000	Taxa de provisão	Provisões
B	8 536 434	751 785	9 288 219	1%	91 850
C	294 122	88 991	383 113	3%	11 493
D	18 358	13 934	32 292	10%	3 229
E	73 904	223 692	297 596	20%	59 519
F	223 443	130 509	353 952	50%	176 976
G	392 931	125 872	518 803	100%	518 525
	9 539 192	1 334 783	10 873 975		861 592

2011

Grau de risco	Crédito vivo AKZ '000	Crédito vencido AKZ '000	Total AKZ '000	Taxa de provisão	Provisões
B	5 159 366	1 176 893	6 336 259	1%	65 439
C	30 130	33 068	63 198	3%	1 888
D	160 174	20 189	180 363	10%	16 632
E	152 649	21 758	174 407	20%	25 135
F	327 631	35 877	363 508	50%	180 933
G	507 216	50 556	557 772	100%	556 487
	6 337 166	1 338 341	7 675 507		846 514

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a carteira de crédito, apresentava a seguinte distribuição por indexante:

	2012 AKZ '000	2011 AKZ '000
Taxa fixa	8 683 811	7 675 507
Taxa variável		
Luibor 6 m	209 453	-
Luibor 12 m	1 980 711	-
	2 190 164	-
Total do crédito	10 873 975	7 675 507

De 31 de Dezembro de 2011 para 31 de Dezembro de 2012, a migração do risco dos tomadores de crédito pode ser apresentado como se segue:

		31-Dez-12								Distribuição da carteira em 31-Dez-2011 AKZ '000	
Nível de risco		B	C	D	E	F	G	Abatidos ao activo	Liquidação/ Amortização	Total	
31-Dez-11	B	52,85%	4,17%	0,91%	1,43%	0,44%	1,06%	0,11%	39,03%	82,55%	6.336.259
	C	38,40%	0,00%	1,85%	7,69%	0,00%	27,25%	0,70%	24,11%	0,82%	63.198
	D	3,34%	0,00%	0,00%	63,08%	0,00%	4,86%	0,48%	28,24%	2,35%	180.363
	E	3,46%	0,69%	1,08%	25,61%	26,38%	7,60%	27,17%	8,01%	2,27%	174.407
	F	0,00%	0,00%	0,00%	67,63%	0,00%	1,67%	24,97%	5,73%	4,74%	363.508
	G	0,37%	0,01%	0,00%	23,53%	0,00%	31,50%	42,97%	1,62%	7,27%	557.772
	Total	44,13%	3,46%	0,79%	8,22%	0,96%	3,76%	5,03%	33,65%		
Distribuição da carteira de 2011 em 31-Dez-2012 AKZ '000		3.387.016	265.341	61.006	630.891	73.900	288.424	386.204	2.582.725		7.675.507

A análise da matriz de migração mostra que do total dos créditos em 31 de Dezembro de 2011, no montante de AKZ 7.675.507.000, 46,5% não sofreram mudança de nível em 31 de Dezembro de 2012. As movimentações entre os níveis de risco indicam também que 5,4% dos créditos diminuíram de nível de risco e 9,4% migraram para níveis de risco mais gravosos.

A 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a movimentação das provisões para crédito de liquidação duvidosa é apresentada como segue:

	2012 AKZ '000	2011 AKZ '000
Saldo a 1 de Janeiro	846 514	634 953
Dotação do exercício	725 912	1 309 488
Reversão do exercício	(324 630)	(655 682)
Utilização de imparidade	(386 204)	(442 245)
Saldo a 31 de Dezembro	<u>861 592</u>	<u>846 514</u>

Em conformidade com a política contabilística descrita na nota 2.2 c).

O montante de créditos transferidos para prejuízos durante o exercício de 2012 ascende a AKZ 386.204.000 (2011: AKZ 442.245.000).

Os princípios básicos da política de concessão de crédito e aprovisionamento das perdas com créditos de liquidação duvidosa adoptados pelo Banco podem ser resumidos como segue:

- A concessão de crédito está sujeita a procedimentos rigorosos que asseguram o cumprimento da estratégia definida e, também, das normas estabelecidas pela Supervisão, o Banco Nacional de Angola;
- No processo de avaliação dos riscos associados à concessão de crédito, os aspectos considerados pretendem analisar as várias componentes do Risco de Crédito, através da identificação do impacto marginal de cada crédito, nomeadamente por sector (exposição ao sector e/ou país) e cliente (estabilidade económica e financeira e colateralização);
- Com intuito de potenciar os efeitos de mitigação, em particular no que concerne à diminuição de perdas provenientes de Risco de Crédito, a Comissão Executiva tem vindo a apostar na consolidação do ambiente de controlo, em conformidade com o seu perfil de risco prudente.

a) Concessão de Crédito

i. Princípios gerais

A concessão de crédito obedece a um conjunto de factores, e que são os seguintes:

- Liquidez: o cliente deve demonstrar capacidade cumprir com os compromissos financeiros assumidos nos prazos acordados;
- Rentabilidade: cada operação de crédito deverá gerar retorno positivo para o Banco;
- Segurança: a operação de crédito deve sempre cumprir as regras definidas internamente, bem como o enquadramento legal a que o Banco está sujeito, na presunção de que a obtenção de garantias adicionais aumenta a segurança creditícia da operação;
- Concentração: deverá ser sempre analisado o envolvimento e concentração de risco do cliente ou Grupo, na perspectiva de que quanto mais dispersa for a carteira de crédito, menor a probabilidade de perda ao nível da mesma. Nas reuniões do Comité de Crédito, é efectuada uma análise detalhada da carteira de crédito.

ii. Fundamentação da proposta de crédito

A responsabilidade de angariação de clientes e operações elegíveis para crédito é das Direcções Comerciais, através das respectivas Agências e Centros de Empresas. As propostas de crédito são formuladas em impressos normalizados, devidamente fundamentadas.

iii. Apreciação e decisão da proposta de crédito

A decisão de crédito é em exclusivo da competência do Comité de Crédito, sendo que assenta em princípios que se consideram essenciais:

- Da solidariedade e da responsabilidade de todos aqueles que contribuíram para a formação da decisão, nomeadamente proponentes, avaliadores de risco e decisores;
- Da colegialidade, excluindo decisões individuais;
- Da independência na formação da opinião de cada membro individualmente, em qualquer órgão e independentemente das relações de dependência hierárquica ou funcional que possam existir;
- Da obrigatoriedade dos decisores observarem rigorosamente a delegação de competências, as normas éticas e o código de conduta em vigor.

A aprovação de operações de crédito deve processar-se de acordo com:

- Os objectivos, políticas e estratégias definidas;
- A avaliação do risco é da responsabilidade de todos os intervenientes na decisão. Essa avaliação deve aferir, inicialmente e isoladamente, o risco:
 - Do sector;
 - Do cliente;
 - Da operação.

O crédito em aprovação deve estar em conformidade com as normas escritas que o regulamentam e as propostas, suportadas nos requisitos de informação impostos, devem ser objecto de cuidadosa análise por especialista qualificado.

b) Acompanhamento da carteira de crédito

O acompanhamento das operações de crédito de uma forma geral é da responsabilidade das Áreas de Negócio que as propõem.

O acompanhamento de crédito deve levar em consideração:

- A verificação contínua do cumprimento das condições contratuais de cada operação, com particular incidência no que respeita ao plano de pagamento acordado;
- Os sinais de alerta apresentados pelos clientes e que revelem de forma precoce situações de potencial incumprimento:
 - Cheques devolvidos;
 - Atrasos na regularização de responsabilidades;
 - Créditos irregulares na CIRC;
 - Outros sinais de alerta.
- A verificação de outros indícios relevantes de deterioração da capacidade creditícia do cliente, incluindo os de natureza subjectiva e qualitativa;
- Informações sobre as perspectivas de conjuntura (Relatórios Oficiais e outros trabalhos de natureza macroeconómica).

A análise das situações deverá incidir sobre as eventuais inter-relações jurídicas ou económico-financeiras dos clientes, com vista ao agrupamento de responsabilidades e à gestão do risco numa óptica global.

No processo de acompanhamento das carteiras de crédito, assume particular importância a acção desenvolvida pela estrutura comercial do Finibanco Angola, os quais se constituem no 1.º elo da cadeia de monitorização. A auditoria interna dará complementaridade a este processo.

Esta acção assenta em 2 premissas chave:

- Todo o cliente deve ser objecto de acompanhamento;
- O acompanhamento de clientes é um processo permanente e contínuo.

A Comissão Executiva em conjunto com as Direcções Comerciais efectua reuniões mensais com o objectivo de ter um controlo regular da actividade creditícia do Banco, para analisar reportes, listagens e mapas que permitem o acompanhamento da carteira de crédito no que diz respeito à evolução da carteira de crédito global, da evolução do crédito vencido, dos descobertos em depósitos à ordem e provisões para as posições em carteira e emite orientações para as áreas comerciais e área de recuperação de crédito.

8 Outros valores

Esta rubrica é apresentada como segue:

	2012 AKZ '000	2011 AKZ '000
Bens não de uso próprio	94 831	94 755
Adiantamentos a fornecedores	117 118	55 711
Valores a regularizar com o Estado	329 631	329 618
Devedores diversos	137 524	82 514
Custos diferidos	44 565	54 239
Outros	9 992	5 024
	733 661	621 861

A rubrica Bens não de uso próprio inclui os bens recebidos por incumprimentos de crédito no montante de AKZ 94.831.000 (2011: AKZ 94.755.000).

A rubrica Adiantamentos a fornecedores refere-se a adiantamentos efectuados pelo Banco a fornecedores por conta de aquisição de bens ou prestação de serviços por terceiros.

A rubrica Devedores diversos inclui prestações suplementares à EMIS no valor de AKZ 14.111.000 (2011: AKZ 19.610.000), no âmbito da adesão do Finibanco Angola à Rede Multicaixa.

A rubrica Devedores diversos inclui também o valor de AKZ 25.981.000 (2011: AKZ 25.834.000) referente a um adiantamento à Associação Angolana de Bancos ("ABANC"), no âmbito do processo de aquisição de um imóvel para futura sede social da Associação.

A rubrica Custos diferidos inclui o montante de AKZ 33.852.000 (2011: AKZ 47.980.000) referente a despesas antecipadas com rendas e alugueres.

9 Imobilizações financeiras

Esta rubrica é apresentada como segue:

Participada	Sede	Actividade	Capital Social AKZ '000	2012		2011	
				% de participação	Valor de participação AKZ '000	% de participação	Valor de participação AKZ '000
EMIS- Empresa Interbancária de Serviços, S.A.	Luanda	Serviços bancários	1 518 000	2,08%	23 730	2,88%	18 592

A EMIS - Empresa Interbancária de Serviços, S.A. ("EMIS") foi constituída em Angola com a função de gestão dos meios electrónicos e de pagamentos, bem como a prestação de serviços complementares.

O Banco encontra-se a valorizar a participação ao custo de aquisição.

No exercício de 2012 a EMIS - Empresa Interbancária de Serviços, S.A. procedeu a um aumento de capital, tendo o Banco investido o montante de AKZ 5.138.000, correspondente à sua percentagem de participação.

10 Imobilizações corpóreas

Esta rubrica é analisada como segue:

	2012	2011
	AKZ '000	AKZ '000
Custos		
Imóveis		
Imóveis de uso	600 466	462 188
Imobilizações em curso	178 106	176 675
Equipamento		
Mobiliário e material	65 036	58 303
Máquinas e ferramentas	21 155	19 794
Equipamento informático	152 224	126 504
Instalações interiores	114 954	77 048
Material de transporte	106 079	77 533
Equipamento de segurança	54 129	50 107
Outras imobilizações corpóreas	31 320	29 158
Imobilizações em curso	53 589	10 011
	<hr/> 1 377 058 <hr/>	<hr/> 1 087 321 <hr/>
Depreciações acumuladas		
Relativas ao exercício corrente	(64 476)	(39 848)
Relativas a exercícios anteriores	(80 570)	(40 722)
	<hr/> (145 046) <hr/>	<hr/> (80 570) <hr/>
	<hr/> <u>1 232 012</u> <hr/>	<hr/> <u>1 006 751</u> <hr/>

Os movimentos da rubrica Imobilizações corpóreas, durante o exercício de 2012, são apresentados como seguem:

	Saldo em 1 de Janeiro AKZ '000	Aquisições/ Dotações AKZ '000	Abates AKZ '000	Regularizações/ Transferências AKZ '000	Saldo em 31 Dezembro AKZ '000
Imóveis					
Imóveis de uso	462 188	-	-	138 278	600 466
Imobilizações em curso	176 675	139 709	-	(138 278)	178 106
Equipamento					
Mobiliário e material	58 303	6 733	-	-	65 036
Máquinas e ferramentas	19 794	1 361	-	-	21 155
Equipamento informático	126 504	25 720	-	-	152 224
Instalações interiores	77 048	37 906	-	-	114 954
Material de transporte	77 533	28 546	-	-	106 079
Equipamento de segurança	50 107	4 022	-	-	54 129
Outras imobilizações corpóreas	29 158	2 162	-	-	31 320
Imobilizações em curso	10 011	53 383	-	(9 805)	53 589
	<u>1 087 321</u>	<u>299 542</u>	<u>-</u>	<u>(9 805)</u>	<u>1 377 058</u>
Depreciações acumuladas					
Imóveis					
Imóveis de uso	2 564	11 407	-	-	13 971
Equipamento					
Mobiliário e material	4 716	3 181	-	-	7 897
Máquinas e ferramentas	1 719	1 145	-	-	2 864
Equipamento informático	39 526	23 189	-	-	62 715
Instalações interiores	5 535	5 214	-	-	10 749
Material de transporte	20 708	15 879	-	-	36 587
Equipamento de segurança	3 944	2 895	-	-	6 839
Outras imobilizações corpóreas	1 858	1 566	-	-	3 424
	<u>80 570</u>	<u>64 476</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>145 046</u>
	<u>1 006 751</u>	<u>235 066</u>	<u>-</u>	<u>(9 805)</u>	<u>1 232 012</u>

Nos exercícios de 2012 e 2011, as adições ocorridas na rubrica Imóveis – Imobilizações em curso estão relacionadas, essencialmente com despesas incorridas com a abertura de novos balcões.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica de Imóveis - Imobilizações em curso no montante de AKZ 178.106.000, refere-se ao investimento para a abertura do balcão de Benguela.

Em 31 de Dezembro de 2012, a rubrica Imobilizações em curso, inclui o montante de AKZ 50.280.000 relacionado com o investimento no projecto de nova imagem nas fachadas das agências e centro de empresas. A conclusão deste projecto está prevista para o início de 2013.

Os movimentos da rubrica Imobilizações corpóreas, durante o exercício de 2011, são apresentados como seguem:

	Saldo em 1 de Janeiro AKZ '000	Aquisições/ Dotações AKZ '000	Abates AKZ '000	Regularizações/ Transferências AKZ '000	Saldo em 31 Dezembro AKZ '000
Imóveis					
Imóveis de uso	-	417 621	-	44 567	462 188
Imobilizações em curso	64 738	177 645	-	(65 708)	176 675
Equipamento					
Mobiliário e material	34 591	23 712	-	-	58 303
Máquinas e ferramentas	13 834	5 960	-	-	19 794
Equipamento informático	80 664	40 025	-	5 815	126 504
Instalações interiores	43 941	33 107	-	-	77 048
Material de transporte	44 483	33 050	-	-	77 533
Equipamento de segurança	26 866	16 653	-	6 588	50 107
Outras imobilizações corpóreas	14 207	14 951	-	-	29 158
Imobilizações em curso	21 634	29 617	-	(41 240)	10 011
	<u>344 958</u>	<u>792 341</u>	<u>-</u>	<u>(49 978)</u>	<u>1 087 321</u>
Depreciações acumuladas					
Imóveis					
Imóveis de uso	-	2 564	-	-	2 564
Equipamento					
Mobiliário e material	2 640	2 076	-	-	4 716
Máquinas e ferramentas	886	833	-	-	1 719
Equipamento informático	21 784	17 742	-	-	39 526
Instalações interiores	2 481	3 054	-	-	5 535
Material de transporte	10 018	10 690	-	-	20 708
Equipamento de segurança	1 981	1 963	-	-	3 944
Outras imobilizações corpóreas	932	926	-	-	1 858
	<u>40 722</u>	<u>39 848</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>80 570</u>
	<u>304 236</u>	<u>752 493</u>	<u>-</u>	<u>(49 978)</u>	<u>1 006 751</u>

11 Imobilizações incorpóreas

Esta rubrica é apresentada como segue:

	2012 AKZ '000	2011 AKZ '000
Custos		
Sistema tratamento automático de dados	181 253	141 229
Gastos de organização e expansão	113 546	113 546
Benfeitorias em imóveis de terceiros	117 685	117 685
Outras imobilizações incorpóreas	6 067	537
	<u>418 551</u>	<u>372 997</u>
Amortizações acumuladas		
Relativas ao exercício corrente	(66 047)	(58 494)
Relativas a exercícios anteriores	(143 961)	(85 467)
	<u>(210 008)</u>	<u>(143 961)</u>
	<u>208 543</u>	<u>229 036</u>

Os movimentos da rubrica Imobilizações incorpóreas, durante o exercício de 2012, são apresentados como seguem:

	Saldo em 1 de Janeiro AKZ '000	Aquisições/ Dotações AKZ '000	Abates AKZ '000	Regularizações/ Transferências AKZ '000	Saldo em 31 Dezembro AKZ '000
Custos					
Sistema tratamento automático de dados	141 229	40 024	-	-	181 253
Gastos de organização e expansão	113 546	-	-	-	113 546
Benfeitorias em imóveis de terceiros	117 685	-	-	-	117 685
Outras imobilizações incorpóreas	537	5 530	-	-	6 067
	<u>372 997</u>	<u>45 554</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>418 551</u>
Amortizações acumuladas					
Sistema tratamento automático de dados	55 226	27 361	-	-	82 587
Gastos de organização e expansão	58 267	18 925	-	-	77 192
Benfeitorias em imóveis de terceiros	30 139	19 614	-	-	49 753
Outras imobilizações incorpóreas	329	147	-	-	476
	<u>143 961</u>	<u>66 047</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>210 008</u>
	<u>229 036</u>	<u>(20 493)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>208 543</u>

Os movimentos da rubrica Imobilizações incorpóreas, durante o exercício de 2011, são analisados como seguem:

	Saldo em 1 de Janeiro AKZ '000	Aquisições/ Dotações AKZ '000	Abates AKZ '000	Regularizações/ Transferências AKZ '000	Saldo em 31 Dezembro AKZ '000
Custos					
Sistema tratamento automático de dados	111 269	2 371	-	27 589	141 229
Gastos de organização e expansão	113 546	-	-	-	113 546
Benfeitorias em imóveis de terceiros	95 148	-	-	22 537	117 685
Outras imobilizações incorpóreas	537	-	-	-	537
	<u>320 500</u>	<u>2 371</u>	<u>-</u>	<u>50 126</u>	<u>372 997</u>
Amortizações acumuladas					
Sistema tratamento automático de dados	33 795	21 431	-	-	55 226
Gastos de organização e expansão	39 343	18 924	-	-	58 267
Benfeitorias em imóveis de terceiros	12 090	18 049	-	-	30 139
Outras imobilizações incorpóreas	239	90	-	-	329
	<u>85 467</u>	<u>58 494</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>143 961</u>
	<u>235 033</u>	<u>(56 123)</u>	<u>-</u>	<u>50 126</u>	<u>229 036</u>

12 Depósitos

Esta rubrica é apresentada como segue:

	2012 AKZ '000	2011 AKZ '000
Depósitos à ordem	10 098 990	7 992 013
Depósitos a prazo	9 246 372	8 066 128
Outros depósitos	-	20
	<u>19 345 362</u>	<u>16 058 161</u>

A 31 de Dezembro de 2012 e 2011 a composição dos depósitos à ordem é apresentada como segue:

	2012 AKZ '000	2011 AKZ '000
Depósitos à ordem de residentes		
Sector público	1 482	12 553
Empresas	6 011 312	4 727 973
Particulares	2 744 589	2 402 867
Outros sectores	391 831	37 198
	<hr/> 9 149 214	<hr/> 7 180 591
Depósitos à ordem de não residentes		
Empresas	298 340	196 287
Particulares	651 436	615 135
	<hr/> 949 776	<hr/> 811 422
	<hr/> <hr/> 10 098 990	<hr/> <hr/> 7 992 013

A 31 de Dezembro de 2012 e 2011 a composição dos depósitos a prazo é apresentada como segue:

	2012 AKZ '000	2011 AKZ '000
Depósitos a prazo de residentes		
Empresas	4 482 162	4 400 129
Particulares	3 465 996	3 272 537
Outros sectores	258 431	1 711
	<hr/> 8 206 589	<hr/> 7 674 377
Depósitos a prazo de não residentes		
Empresas	263 924	-
Particulares	775 859	391 751
	<hr/> 1 039 783	<hr/> 391 751
	<hr/> <hr/> 9 246 372	<hr/> <hr/> 8 066 128

A 31 de Dezembro de 2012 e 2011 a composição dos outros depósitos é apresentada como segue:

	2012 AKZ '000	2011 AKZ '000
Outros depósitos de residentes		
Empresas	-	20

A 31 de Dezembro de 2012 e 2011 a composição da carteira de depósitos por moeda nacional e estrangeira é apresentada como segue:

	2012 AKZ '000	2011 AKZ '000
Moeda nacional		
Depósitos à ordem	8 304 725	6 614 691
Depósitos a prazo	4 480 123	4 182 668
Outros depósitos	-	20
	<u>12 784 848</u>	<u>10 797 379</u>
Moeda estrangeira		
Depósitos à ordem	1 794 265	1 377 322
Depósitos a prazo	4 766 249	3 883 460
	<u>6 560 514</u>	<u>5 260 782</u>
	<u>19 345 362</u>	<u>16 058 161</u>

Em 31 de Dezembro de 2012, os depósitos a prazo de clientes apresentam a seguinte estrutura por moeda e taxa de juro média:

	2012		
	Taxa de juro	Montante em moeda '000	Montante em AKZ '000
Moeda nacional			
Kwanzas	6,45%	4 480 123	4 480 123
Moeda estrangeira			
Dólares dos Estados Unidos	4,72%	47 860	4 586 271
Euros	3,16%	1 424	179 978
			<u>9 246 372</u>

Em 31 de Dezembro de 2011, os depósitos a prazo de clientes e os outros depósitos, excluindo os respectivos juros a pagar, apresentam a seguinte estrutura por moeda e taxa de juro média:

	2011		
	Taxa de juro	Montante em moeda '000	Montante em AKZ '000
Moeda nacional			
Kwanzas	9,64%	4 182 687	4 182 687
Moeda estrangeira			
Dólares dos Estados Unidos	5,41%	39 371	3 751 358
Euros	3,51%	1 071	132 103
			<u>8 066 148</u>

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os depósitos à ordem de clientes não são remunerados.

A 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a composição por prazos residuais de vencimento dos depósitos a prazo é apresentada como segue:

	2012 AKZ '000	2011 AKZ '000
Até 3 meses	7 158 315	5 709 075
De 3 meses a 6 meses	717 815	869 144
Mais de 6 meses	1 370 242	1 487 909
	<u>9 246 372</u>	<u>8 066 128</u>

13 Outras captações

Esta rubrica é apresentada como segue:

	2012 AKZ '000	2011 AKZ '000
Outras captações contratadas no estrangeiro	-	445 461

14 Outras obrigações

Esta rubrica é apresentada como segue:

	2012 AKZ '000	2011 AKZ '000
Dividendos a liquidar	226 800	156 055
Fornecedores	380 547	151 217
Credores diversos	1 454	1 368
Encargos com pessoal a pagar	112 064	129 006
Levantamentos de ATM a regularizar	39 413	11 591
Impostos	571 203	465 857
Outros	32 478	21 211
	<u>1 363 959</u>	<u>936 305</u>

A rubrica Dividendos a liquidar no montante de AKZ 226.800.000 (2011: AKZ: 156.055.000), refere-se a dividendos a distribuir aos accionistas, cuja liquidação carece de aprovação junto do BNA.

A rubrica Fornecedores regista os saldos em aberto junto de credores pela prestação de serviços.

A rubrica Encargos com pessoal a pagar regista a estimativa de férias e subsídio de férias a pagar efectuada para o exercício.

A rubrica Impostos inclui o valor de AKZ 555.233.000 (2011: AKZ 460.486.000) referente à estimativa de imposto corrente sobre os lucros para o exercício. Adicionalmente, inclui o montante de AKZ 15.970.000 (2011: AKZ 5.371.000) referente a encargos fiscais a pagar, no âmbito do processo de retenção na fonte sobre os rendimentos de terceiros.

15 Provisões para responsabilidades prováveis

Esta rubrica é apresentada como segue:

	2012 AKZ '000	2011 AKZ '000
Provisões para garantias prestadas	<u>16 304</u>	<u>35 488</u>

As provisões para garantias prestadas e créditos documentários foram constituídas de acordo com o disposto no Aviso n.º 3/12, de 28 de Março, do BNA, conforme referido na política contabilística 2.2 c).

O movimento nas provisões para responsabilidades prováveis nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, é analisado como segue:

	2012 AKZ '000	2011 AKZ '000
Saldo a 1 de Janeiro	35 488	-
Dotações do exercício	32 073	80 459
Reposições do exercício	(51 257)	(44 971)
Saldo a 31 de Dezembro	16 304	35 488

16 Capital social

O Finibanco Angola, S.A. foi constituído por escritura pública outorgada em 4 de Setembro de 2007 no Primeiro Cartório Notarial da Comarca de Luanda, com um capital de AKZ 1.332.000.000, representado por 1.800.000 de acções nominativas de AKZ 740 cada, tendo sido integralmente subscrito e realizado em dinheiro.

Em 3 de Maio de 2012, por despacho de Sua Excelência o Senhor Governador do Banco Nacional de Angola, foi autorizado o aumento do capital social do Finibanco Angola, de AKZ 1.332.000.000 para AKZ 4.182.000.000, sendo o valor do aumento de AKZ 2.850.000.000, resultante da realização de novas entradas em dinheiro, através da emissão de 3.851.351 novas acções no valor nominal de AKZ 740 cada.

O capital social do Banco é representado por 5.651.351 (2011: 1.800.000) acções nominativas.

Em 19 de Outubro de 2012, realizou-se a escritura de aumento de capital e alteração do pacto social no Finibanco Angola, de acordo com as deliberações da Assembleia Geral de accionistas, expressa na acta n.º 1/11, datada de 27 de Abril de 2011.

Após esta operação, o Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A. passou a deter cerca de 87,67% (2011: 61,27%) do capital social do Finibanco Angola.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a estrutura accionista do Banco é a seguinte:

	2012		2011	
	Número de acções ordinárias	% de acções ordinárias	Número de acções ordinárias	% de acções ordinárias
Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A.	4 954 280	87,67%	1 102 929	61,27%
Iberpartners - Gestão e Reestruturação de Empresas, S.A.	135 606	2,40%	135 606	7,53%
José Leitão da Costa e Silva	92 212	1,63%	92 212	5,12%
Carlos Maria da Silva Feijó	90 404	1,60%	90 404	5,02%
Francisco Simão Júnior	90 404	1,60%	90 404	5,02%
João Avelino Augusto Manuel	70 515	1,25%	70 515	3,92%
Assunção Afonso de Sousa dos Santos dos Anjos	63 283	1,12%	63 283	3,52%
Dumilde das Chagas Simões Rangel	45 202	0,80%	45 202	2,51%
Ramiro Manuel Barreira	36 162	0,64%	36 162	2,01%
Viola José Quitembo	36 162	0,64%	36 162	2,01%
Rui Benvindo dos Santos Caiate	18 081	0,32%	18 081	1,00%
Francisco José da Cruz	10 000	0,18%	10 000	0,56%
Maria Custódia Magalhães dos Reis	9 040	0,16%	9 040	0,50%
	5 651 351	100%	1 800 000	100%

Resultado e dividendo por acção

Nos exercícios de 2012 e 2011 o resultado por acção e o dividendo atribuído em cada exercício, relativo ao lucro do ano anterior, foram os seguintes:

	2012 AKZ	2011 AKZ
Resultado do exercício	1 087 285 689	879 750 131
Número médio de acções em circulação no exercício	5 651 351	1 800 000
Resultado por acção	192,39	488,75
Dividendo por acção distribuído no exercício	140,00	140,00

17 Reservas e fundos

Esta rubrica é apresentada como segue:

	2012 AKZ '000	2011 AKZ '000
Reserva legal	461 256	285 306
Prémio de emissão	148 000	148 000
Reserva livre	1 307 069	855 269
	1 916 325	1 288 575

Nos termos da legislação vigente, o Banco deve constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva um mínimo de 20% do resultado líquido do exercício anterior. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados, quando esgotadas as demais reservas constituídas.

18 Extrapatrimoniais

Esta rubrica é analisada como segue:

	2012 AKZ '000	2011 AKZ '000
Garantias recebidas	15 545 725	9 656 062
Linhas de crédito irrevogáveis	4 763 173	1 592 050
Garantias prestadas	1 649 411	1 169 210
Creditos documentários	1 320 446	390 876
Títulos e valores mobiliários	1 311 412	3 516 536
Créditos transferidos para prejuízo	797 914	419 656
Responsabilidades por prestação de serviços	416 474	335 297
Outras contas extrapatrimoniais	103 018	63 690
Operações cambiais	795	-
	<u>25 908 368</u>	<u>17 143 377</u>

As garantias e avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Banco, estando relacionadas com garantias prestadas para suporte de operações de importação e para execução de contratos por parte de clientes do Banco. As garantias prestadas representam valores que podem ser exigíveis no futuro.

Os créditos documentários abertos são compromissos irrevogáveis, por parte do Banco, por conta dos seus clientes, de pagar/mandar pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas.

Não obstante as particularidades destes passivos contingentes e compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade quer do cliente quer do negócio que lhes estão subjacentes, sendo que o Banco requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

Os compromissos revogáveis e irrevogáveis, apresentam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes do Finibanco Angola (por exemplo linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros

requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 as provisões constituídas sobre responsabilidades por garantias prestadas ascendem a AKZ 16.304.000 e AKZ 35.488.000, respectivamente (nota 15).

19 Distribuição de resultados

Em 20 de Abril de 2012, de acordo com deliberação da Assembleia Geral, o Finibanco Angola distribuiu resultados aos accionistas no montante de AKZ 252.000.000 (2011: AKZ 252.000.000).

20 Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

	2012 AKZ '000	2011 AKZ '000
Proveitos de instrumentos financeiros activos		
<i>De aplicações de liquidez</i>		
Proveitos de operações no Mercado Monetário Interfinanceiro		
Depósitos à ordem em instituições de crédito no país	153 853	-
Depósitos à ordem em instituições de crédito no estrangeiro	-	184
Operações de compra de títulos com acordo de revenda	-	13 182
	<u>153 853</u>	<u>13 366</u>
<i>De títulos e valores mobiliários</i>		
Mantidos até ao vencimento		
Bilhetes do tesouro	18 483	30 032
Obrigações do tesouro	8 422	-
Obrigações do tesouro indexadas à taxa de câmbio	33 207	-
Obrigações do tesouro indexadas ao índice de preços do consumidor	-	16 750
Títulos do Banco Central	122 625	248 857
	<u>182 737</u>	<u>295 639</u>
<i>De crédito</i>		
Empresas e Administração Pública		
Empréstimos	474 392	406 164
Crédito em conta corrente	589 679	439 576
Adiantamentos a depositantes	233 253	139 754
Particulares		
Habitação	825	567
Consumo	99 385	81 270
Outras finalidades	64 383	42 928
Adiantamentos a depositantes	114 874	51 217
Crédito vencido	72 626	36 842
	<u>1 649 417</u>	<u>1 198 318</u>
Total de proveitos	<u>1 986 007</u>	<u>1 507 323</u>
Custos de instrumentos financeiros passivos		
<i>De depósitos</i>		
Depósitos à ordem	236 518	94 075
Depósitos a prazo	600 580	431 973
	<u>837 098</u>	<u>526 048</u>
<i>De captações para liquidez</i>		
No país	1 977	-
No estrangeiro	2 291	4 907
	<u>4 268</u>	<u>4 907</u>
Total de custos	<u>841 366</u>	<u>530 955</u>
Margem financeira	<u>1 144 641</u>	<u>976 368</u>

A rubrica Proveitos de aplicações de liquidez reflecte os proveitos recebidos pelo Banco relativamente às operações no mercado monetário interfinanceiro.

A rubrica Proveitos de títulos e outros valores mobiliários respeitam aos juros de títulos da dívida pública, nomeadamente Títulos do Banco Central, Bilhetes do Tesouro e Obrigações do Tesouro.

Os proveitos dos títulos da dívida pública, obtidos em Obrigações do Tesouro e em Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano e enquadrados nos Decretos Regulamentares n.º 51/03 e n.º 52/03, de 8 de Julho, gozam da isenção de todos os impostos. Tal facto é complementado pelo disposto na alínea c) do n.º 1 do Artigo 23.º do Código do Imposto Industrial, onde é referido expressamente que não se consideram como proveitos os rendimentos de quaisquer títulos da dívida pública, para efeitos de apuramento da contribuição industrial a pagar (nota 33).

A rubrica Proveitos de créditos concedidos reflecte os juros dos contratos de crédito concedidos a clientes.

A rubrica Custos de captações para liquidez inclui os juros pagos pela utilização de linhas de crédito concedidas por instituições de crédito no país e no estrangeiro, assim como os juros pagos relativamente a captações de liquidez a curto prazo no mercado monetário interfinanceiro.

21 Resultados de operações cambiais

O valor desta rubrica é composto por:

	2012	2011
	AKZ '000	AKZ '000
Variação cambial em activos e passivos denominados em moeda estrangeira	6 519	37 166
Operações de compra e venda de moeda estrangeira	1 238 926	1 203 840
	<u>1 245 445</u>	<u>1 241 006</u>

Os resultados de operações cambiais registam a reavaliação da posição cambial do Banco, bem como o resultado das operações cambiais realizadas.

22 Resultados de prestação de serviços financeiros

O valor desta rubrica é composto por:

	2012	2011
	AKZ '000	AKZ '000
Custos de prestações de serviços financeiros		
<i>Comissões pagas</i>		
Comissões de corretagem e custódia	17 090	40 184
Proveitos de prestações de serviços financeiros		
<i>Comissões recebidas</i>		
Garantias prestadas	52 560	38 460
Abertura de créditos documentários	60 140	53 782
Abertura de linhas de crédito	85 471	51 121
Contas correntes caucionadas	178 961	108 608
Gestão de descobertos bancários	-	4 157
Compra e venda de moeda estrangeira	95 350	73 467
Operações sobre o estrangeiro	315 926	386 857
Transferências emitidas e recebidas	5 642	5 627
Angariação de seguros	-	467
Emissão e devolução de cheques	3 304	2 713
Movimentos de ATM's, TPA's e cartões	42 069	30 395
Outros	1 422	592
Total de proveitos	840 845	756 246
Resultados de prestação de serviços financeiros	823 755	716 062

23 Provisões para crédito de liquidação duvidosa e prestação de garantias

O valor desta rubrica é composto por:

	2012 AKZ '000	2011 AKZ '000
Provisões para crédito de liquidação duvidosa		
Dotação do exercício	725 912	1 309 488
Reversão do exercício	(324 630)	(655 682)
	<hr/> 401 282	<hr/> 653 806
Provisões para prestação de garantias		
Dotação do exercício	32 073	80 459
Reversão do exercício	(51 257)	(44 971)
	<hr/> (19 184)	<hr/> 35 488
	<hr/> <hr/> 382 098	<hr/> <hr/> 689 294

24 Pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

	2012 AKZ '000	2011 AKZ '000
Remunerações	387 950	307 084
Subsídio de férias	29 706	21 414
Subsídio de Natal	25 311	20 723
Encargos sociais obrigatórios	28 239	23 404
Custos com formação	400	1 560
Outros	41 462	62 456
	<hr/> 513 068	<hr/> 436 641

A rubrica Encargos sociais obrigatórios inclui o montante de AKZ 24.255.000 (2011: AKZ 21.060.000) referente às contribuições para o Fundo de Segurança Social.

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos aos órgãos de gestão e fiscalização, durante o exercício de 2012 e 2011, são apresentados como segue:

	2012	2011
	AKZ '000	AKZ '000
Retribuições base	31 617	20 795
Senhas de presença do Conselho Fiscal	1 920	1 120
Subsídio de férias	3 170	1 733
Subsídio de Natal	2 113	1 733
Outros	52	23 000
	<u>38 872</u>	<u>48 381</u>

A 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o número de trabalhadores do Banco corresponde a 126 e 121, respectivamente.

O efectivo médio de trabalhadores ao serviço do Banco durante os exercícios de 2012 e 2011, distribuído por grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

	2012	2011
Direcção	7	5
Responsáveis e gerência	19	16
Técnicos	22	37
Administrativos	66	46
Auxiliares	12	17
	<u>126</u>	<u>121</u>

25 Fornecimentos de terceiros

O valor desta rubrica é composto por:

	2012 AKZ '000	2011 AKZ '000
Comunicações	78 366	64 466
Água e energia	19 690	16 437
Transportes, deslocações e alojamentos	62 894	49 664
Publicidade	6 854	5 762
Segurança, conservação e reparação	133 091	92 328
Serviços especializados	171 343	114 524
Seguros	6 938	39 736
Rendas e alugueres	131 210	109 322
Material de consumo corrente	17 468	20 517
	<u>627 854</u>	<u>512 756</u>

26 Impostos e taxas não incidentes sobre o resultado

O valor desta rubrica é composto por:

	2012 AKZ '000	2011 AKZ '000
Impostos aduaneiros	2 151	1 168
Imposto de circulação	127	-
Imposto de selo	1	-
Imposto retido no estrangeiro	-	40
	<u>2 279</u>	<u>1 208</u>

27 Penalidades aplicadas por autoridades reguladoras

O valor desta rubrica é composto por:

	2012 AKZ '000	2011 AKZ '000
Penalidades aplicadas por autoridades reguladoras	<u>3 287</u>	<u>270</u>

28 Outros custos administrativos e de comercialização

O valor desta rubrica é composto por:

	2012 AKZ '000	2011 AKZ '000
Contencioso e notariado	2 429	1 530
Outros	477	1 131
	<u>2 906</u>	<u>2 661</u>

29 Depreciações e amortizações

O valor desta rubrica é composto por:

	2012 AKZ '000	2011 AKZ '000
Imobilizações incorpóreas		
Sistema tratamento automático de dados	27 361	21 431
Gastos de organização e expansão	18 925	18 924
Benfeitorias em imóveis de terceiros	19 614	18 049
Outras imobilizações incorpóreas	147	90
	<u>66 047</u>	<u>58 494</u>
Imobilizações corpóreas		
Imóveis		
Imóveis de uso	11 407	2 564
Equipamento		
Mobiliário e material	3 181	2 076
Máquinas e ferramentas	1 145	832
Equipamento informático	23 189	17 743
Instalações interiores	5 214	3 054
Material de transporte	15 879	10 690
Equipamento de segurança	2 895	1 963
Outras imobilizações corpóreas	1 566	926
	<u>64 476</u>	<u>39 848</u>
	<u>130 523</u>	<u>98 342</u>

30 Recuperação de custos

O valor desta rubrica é composto por:

	2012 AKZ '000	2011 AKZ '000
Reembolso de despesas	107 453	113 141
Indemnizações	4 501	-
	<u>111 954</u>	<u>113 141</u>

31 Outros proveitos e custos operacionais

O valor desta rubrica é composto por:

	2012 AKZ '000	2011 AKZ '000
Despesas de representação	23 680	25 954
Quotizações	3 021	3 664
Outros	15 301	3 568
Recuperação de créditos transferidos para prejuízo	(9 644)	(60 715)
	<u>32 358</u>	<u>(27 529)</u>

32 Resultado não operacional

O valor desta rubrica é composto por:

	2012 AKZ '000	2011 AKZ '000
Ganhos relativos a exercícios anteriores	20 838	14 167
Perdas relativas a exercícios anteriores	(9 741)	(6 865)
	<u>11 097</u>	<u>7 302</u>

A 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica Ganhos relativos a exercícios anteriores refere-se ao recebimento de juros de crédito e juros de mora.

33 Impostos

O Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de imposto industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A. Em 31 de Dezembro de 2012 a tributação dos seus rendimentos é efectuada nos termos dos números 1 e 2 do Artigo 72.º, da Lei n.º 18 / 92, de 3 de Julho, sendo a taxa de imposto aplicável de 35%, na sequência das alterações introduzidas pela Lei n.º 5 / 99, de 6 de Agosto (nota 2.2 j).

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o custo com impostos sobre lucros reconhecidos em resultados, bem como carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos e o resultado do exercício antes daquela dotação, podem ser resumidos como se segue:

	2012 AKZ '000	2011 AKZ '000
Impostos correntes sobre resultado do exercício	555 233	460 486
Resultados antes de impostos	1 642 519	1 340 236
Carga fiscal	33,80%	34,36%

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, não foram registados activos ou passivos por impostos diferidos.

A reconciliação entre a taxa nominal de imposto e a carga fiscal verificada nos exercícios de 2012 e 2011, bem como a reconciliação entre o custo / proveito de imposto e o produto do lucro contabilístico pela taxa nominal de imposto, pode ser analisada como se segue:

	2012		2011	
	Taxa de imposto	Valor AKZ '000	Taxa de imposto	Valor AKZ '000
Resultado antes de impostos		1 642 519		1 340 236
Imposto apurado com base na taxa nominal de imposto	35%	574 882	35%	469 083
Benefícios fiscais em rendimentos de títulos da dívida pública	(1,28%)	(21 040)	(1,22%)	(16 374)
Despesas de representação não justificadas	0,08%	1 391	0,58%	7 777
	33,80%	555 233	34,36%	460 486

Os proveitos dos títulos da dívida pública resultantes de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano, cuja emissão se encontra regulamentada pela Lei Quadro da Dívida Pública Directa (Lei n.º 16/02, de 5 de Dezembro), bem como pelos Decretos Regulamentares n.º 51/03 e n.º 52/03, de 8 de Julho, gozam de isenção de todos os impostos. Tal facto é complementado pelo disposto na alínea c) do n.º 1 do Artigo 23.º do Código do Imposto Industrial, onde é referido expressamente que não se consideram como proveitos os rendimentos que provierem de quaisquer títulos da dívida pública angolana, para efeitos do apuramento do Imposto Industrial a pagar. Desta forma, na determinação do lucro tributável para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, tais proveitos foram deduzidos ao lucro tributável.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de cinco anos, podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correcções ao lucro tributável dos exercícios de 2008 a 2012. O Conselho de Administração do Banco entende que eventuais liquidações adicionais que possam resultar destas revisões não serão significativas para as demonstrações financeiras anexas.

34 Transacções com partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2012 as entidades accionistas são as seguintes:

Accionistas

Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A.
Iberpartners - Gestão e Reestruturação de Empresas, S.A.
José Leitão da Costa e Silva
Carlos Maria da Silva Feijó
Francisco Simão Júnior
João Avelino Augusto Manuel
Assunção Afonso de Sousa dos Santos dos Anjos
Dumilde das Chagas Simões Rangel
Ramiro Manuel Barreira
Viola José Quitembo
Rui Benvindo dos Santos Caiate
Francisco José da Cruz
Maria Custódia Magalhães dos Reis

Em 31 de Dezembro de 2012 as entidades participadas são as seguintes:

Empresa subsidiária e associada

EMIS - Empresa Interbancária de Serviços, S.A.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os principais saldos e transacções mantidos com accionistas, participadas e outras entidades relacionadas, são os seguintes:

	2012			
	Accionistas AKZ '000	Membros do Conselho de Administração AKZ '000	Partes próximas de Accionistas e de Membros do Conselho de Administração AKZ '000	Sociedade onde Accionistas, Membros do Conselho de Administração e parentes próximos tem influência significativa AKZ '000
Activo				
Crédito	252 903	-	78 133	360 595
Outros valores	-	-	-	2 590 773
Total do activo	252 903	-	78 133	2 951 368
Passivo				
Depósitos	125 011	5 573	1 201	135 369
Outras obrigações	-	-	-	341 172
Total do passivo	125 011	5 573	1 201	476 541
Activo líquido	127 892	(5 573)	76 932	2 474 827
Resultados				
Custos	1 445	-	-	96 720
Proveitos	40 600	100	13 460	313 113
	42 045	100	13 460	409 833
Responsabilidades extrapatrimoniais				
Garantias prestadas	46 137	-	1 800	465 956

2011

	Accionistas AKZ '000	Membros do Conselho de Administração AKZ '000	Partes próximas de Accionistas e de Membros do Conselho de Administração AKZ '000	Sociedade onde Accionistas, Membros do Conselho de Administração e parentes próximos tem influência significativa AKZ '000
Activo				
Crédito	1 642 519	-	66 900	812 343
Outros valores	-	-	-	1 203 971
Total do activo	1 642 519	-	66 900	2 016 314
Passivo				
Depósitos	30 808	3 483	5 451	130 659
Outras obrigações	-	-	-	536 940
Total do passivo	30 808	3 483	5 451	667 599
Activo líquido	1 611 711	(3 483)	61 449	1 348 715
Resultados				
Custos	250	-	-	92 612
Proveitos	14 413	615	5 249	137 803
	14 663	615	5 249	230 415
Responsabilidades extrapatrimoniais				
Garantias prestadas	-	-	-	115 559

35 Balanço por moedas

A estrutura do balanço por moedas com referência a 31 de Dezembro de 2012 é apresentada conforme segue:

2012								
	Dólares dos Estados Unidos		Euros	Libras esterlinas	Randes	Coroas suecas	Outras	Total
	Kwanzas AKZ '000	AKZ '000	AKZ '000	AKZ '000	AKZ '000	AKZ '000	AKZ '000	AKZ '000
<i>Activo</i>								
Disponibilidades	5 483 325	3 527 903	849 882	317	1 338	733	191	9 863 689
Aplicações de liquidez	5 000 847	-	-	-	-	-	-	5 000 847
Títulos e valores mobiliários	1 311 412	-	-	-	-	-	-	1 311 412
Créditos no sistema de pagamentos	2 336	309 667	-	177	-	2	4	312 186
Créditos	8 057 305	1 955 078	-	-	-	-	-	10 012 383
Outros valores	650 277	71 049	11 993	342	-	-	-	733 661
Imobilizações	1 464 285	-	-	-	-	-	-	1 464 285
Total do Activo	21 969 787	5 863 697	861 875	836	1 338	735	195	28 698 463
<i>Passivo</i>								
Depósitos	12 784 848	6 313 952	246 095	252	215	-	-	19 345 362
Obrigações no sistema de pagamentos	549 725	227 404	10 098	-	-	-	-	787 227
Outras captações	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras obrigações	1 007 843	9 580	346 536	-	-	-	-	1 363 959
Provisões para responsabilidades prováveis	16 304	-	-	-	-	-	-	16 304
Total do Passivo	14 358 720	6 550 936	602 729	252	215	-	-	21 512 852
<i>Fundos próprios</i>	7 611 067	(687 239)	259 146	584	1 123	735	195	7 185 611
Total	21 969 787	5 863 697	861 875	836	1 338	735	195	28 698 463

A estrutura do balanço por moedas com referência a 31 de Dezembro de 2011 é apresentada conforme segue:

2011								
	Dólares dos Estados Unidos		Euros	Libras esterlinas	Francos suíços	Coroas suecas	Total	
	Kwanzas AKZ '000	AKZ '000	AKZ '000	AKZ '000	AKZ '000	AKZ '000	AKZ '000	
<i>Activo</i>								
Disponibilidades	6 222 170	2 800 625	58 722	6 720	205	686	9 089 128	
Aplicações de liquidez	-	-	-	-	-	-	-	
Títulos e valores mobiliários	3 516 536	-	-	-	-	-	3 516 536	
Créditos no sistema de pagamentos	-	19	705	-	-	3	727	
Créditos	3 817 955	3 011 038	-	-	-	-	6 828 993	
Outros valores	529 283	92 518	60	-	-	-	621 861	
Imobilizações	1 254 379	-	-	-	-	-	1 254 379	
Total do Activo	15 340 323	5 904 200	59 487	6 720	205	689	21 311 624	
<i>Passivo</i>								
Depósitos	10 974 788	5 051 021	-	32 352	-	-	16 058 161	
Obrigações no sistema de pagamentos	78 474	217 446	-	39 964	-	-	335 884	
Outras captações	445 461	-	-	-	-	-	445 461	
Outras obrigações	891 350	44 400	497	58	-	-	936 305	
Provisões para responsabilidades prováveis	35 488	-	-	-	-	-	35 488	
Total do Passivo	12 425 561	5 312 867	497	72 374	-	-	17 811 299	
<i>Fundos próprios</i>	2 914 762	591 333	58 990	(65 654)	205	689	3 500 325	
Total	15 340 323	5 904 200	59 487	6 720	205	689	21 311 624	

36 Transacções com empresas do Grupo

Os saldos e transacções mais significativos com empresas do Grupo estão discriminados nas notas correspondentes.

37 Gestão de riscos

O Finibanco Angola está sujeito a riscos de diversa ordem no âmbito do desenvolvimento da sua actividade.

A política de gestão de risco do Finibanco Angola visa a manutenção, em permanência, de uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a actividade desenvolvida, assim como a correspondente avaliação do perfil de risco/retorno por linha de negócio.

Neste âmbito, assume uma particular relevância o acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos financeiros – crédito, mercados, liquidez e operacional – a que se encontra sujeita a actividade do Finibanco Angola.

A gestão de riscos está centralizada no Presidente da Comissão Executiva (“PCE”) e conta com o apoio de vários comités por si presididos e onde participam as diversas direcções do banco para a monitorização e acompanhamento dos riscos. A análise e controlo dos riscos são efectuados de um modo integrado, através da Direcção de Auditoria e Controlo Interno e do Gabinete de Compliance.

É o PCE que assegura a articulação com o Banco Nacional de Angola, no domínio dos reportes prudenciais, designadamente ao nível de requisitos de capital, risco de liquidez e risco de taxa de juro.

No âmbito da gestão e controlo do risco de crédito foram desenvolvidas várias actividades, das quais se destacam a regular realização de Comités de Crédito e a revisão da política de delegação de competências de decisão de crédito, no sentido de a tornar sensível ao nível esperado do risco do cliente / operação. Este Comité composto pelas Direcções Comercias (Empresas e Particulares), Direcção Jurídica e pelo Presidente da Comissão Executiva assegura em exclusivo a apreciação das propostas de crédito de empresas e particulares.

Principais Tipos de Risco

Crédito – O risco de crédito encontra-se associado ao grau de incerteza dos retornos esperados, por incapacidade quer do tomador do empréstimo (e do seu garante, se existir), quer do emissor de um título ou da contraparte de um contrato em cumprir com as suas obrigações.

Mercado – O conceito de risco de mercado reflecte a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de

câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre eles, quer as respectivas volatilidades.

Liquidez – O risco de liquidez reflecte a incapacidade do Banco cumprir com as suas obrigações no momento do respectivo vencimento, sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou de venda dos seus activos por valores inferiores aos valores de mercado (risco de liquidez de mercado).

Operacional – Como risco operacional entende-se a perda potencial resultante de falhas ou inadequações nos processos internos, nas pessoas ou nos sistemas, ou ainda as perdas potenciais resultantes de eventos externos.

Organização Interna

O Conselho de Administração, no exercício das suas funções, é responsável pela estratégia e pelas políticas a adoptar relativamente à gestão dos riscos, sendo, nesta função, assessorado pelas direcções, no âmbito dos comités constituídos, que analisam e asseguram a gestão desses riscos.

A Direcção de Auditoria e Controlo Interno (“DAI”), tem como principais competências apreciar os relatórios sobre o sistema de controlo interno a remeter anualmente ao Banco Nacional de Angola, de verificar o cumprimento e observância da legislação e normativos internos em vigor, por parte das diferentes unidades orgânicas, e identificar as áreas de maior risco, apresentando à Comissão Executiva as suas conclusões.

Consoante a natureza e relevância do risco, são elaborados planos, programas ou acções, apoiados por sistemas de informação, e definidos procedimentos, que proporcionam um elevado grau de fiabilidade relativamente às medidas de gestão de risco oportunamente definidas.

A Direcção Financeira (“DIF”) colabora com a DAI, de forma a efectuar-se a medição e o controlo do risco das operações e das carteiras, bem como o adequado acompanhamento das posições dos riscos globais do Finibanco Angola.

No que diz respeito ao risco de compliance, é da competência do Head of Compliance, na dependência da Comissão Executiva, assegurar o seu controlo, identificar e avaliar as diversas situações que concorrem para o referido risco, designadamente em termos de transacções/actividades, negócios, produtos e órgãos de estrutura.

Neste âmbito, também a DAI avalia o sistema de controlo interno, identificando as áreas de maior relevância/risco, visando a eficácia da governação.

Avaliação de riscos

Risco de Crédito

Os modelos de risco de crédito desempenham um papel essencial no processo de decisão de crédito. Assim, o processo de decisão de operações da carteira de crédito baseia-se num conjunto de políticas definidas pela Comissão Executiva e que são aplicadas no âmbito das competências do Comité de Crédito.

As decisões de crédito dependem das informações de risco e do cumprimento de diversas regras sobre a capacidade financeira e o comportamento dos proponentes e encontram-se na dependência exclusiva do Comité de Crédito.

Risco Cambial

Ao nível do risco cambial, procede-se, em regra, à aplicação dos recursos captados nas diversas moedas, através de activos no mercado monetário respectivo e por prazos não superiores aos dos recursos, pelo que os gaps cambiais existentes decorrem essencialmente de eventuais desajustamentos entre os prazos das aplicações e dos recursos. Diariamente é monitorizada a exposição cambial do Finibanco, tendo em conta os limites prudenciais estabelecidos pelo Banco Nacional de Angola.

Risco de Liquidez

O controlo dos níveis de liquidez tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. O risco de liquidez é monitorizado diariamente pela Direcção Financeira, sendo elaborados diversos relatórios, para efeitos de regulamentação prudencial e para acompanhamento por parte da Comissão Executiva.

Adicionalmente, é também realizado um acompanhamento das posições de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculadas segundo as regras exigidas pelo Banco Nacional de Angola.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

Em termos prudenciais, o Finibanco Angola está sujeito à supervisão do Banco Nacional de Angola que, estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos que as instituições deverão cumprir.

38 Eventos subsequentes

Não temos conhecimento de quaisquer factos ou acontecimentos posteriores a 31 de Dezembro de 2012, até à aprovação das Demonstrações Financeiras, que justifiquem ajustamentos ou divulgações no anexo às demonstrações financeiras relativas ao exercício analisado, que afectem as situações e/ou informações nas mesmas reveladas de forma significativa e/ou que tenham alterado ou se espere que venham a alterar significativamente, favorável ou desfavoravelmente, a situação financeira do Banco, os seus resultados e/ou as suas actividades.

Relatório do auditor externo



KPMG Angola – Audit, Tax, Advisory, S.A. Telefone: +244 227 28 01 01
Rua do Assalto ao Quartel de Monçada, nº15 - 2º Fax: +244 227 28 01 19
Luanda - Angola

Relatório do Auditor Independente

**Aos Accionistas do
Finibanco Angola, S.A.**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Finibanco Angola, S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de 28.698.463 milhares de AKZ e um total de fundos próprios de 7.185.611 milhares de AKZ, incluindo um resultado líquido de 1.087.286 milhares de AKZ), a demonstração de resultados, a demonstração de mutações nos fundos próprios e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao exercício findo naquela data, bem como um resumo das políticas contabilísticas significativas e outra informação explicativa.

Responsabilidade da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras de acordo com as os princípios contabilísticos estabelecidos no Plano de Contas das Instituições Financeiras (“CONTIF”) e outras disposições emitidas pelo Banco Nacional de Angola (“BNA”), e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

Responsabilidade do Auditor

A nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, que foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Essas Normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter garantia razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações dos riscos, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a apropriação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pela Administração, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Finibanco Angola, S.A., em 31 de Dezembro de 2012 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos estabelecidos no CONTIF e outras disposições emitidas pelo BNA.

Ênfase

Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, apresentadas para efeitos comparativos, foram examinadas por outra Sociedade de Auditores, que emitiu o Relatório de Auditoria sem reservas ou ênfases. Efectuámos os procedimentos aos saldos de abertura de Balanço que considerámos adequados tendo em conta as circunstâncias. A nossa nomeação ocorreu em 3 de Maio de 2012 para efectuarmos a auditoria ao período findo em 31 de Dezembro de 2012.

Luanda, 24 de Abril de 2013

KPMG Angola – Audit, Tax, Advisory, S.A.

Parecer do conselho fiscal



CONSELHO FISCAL

PARECER SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2012

Ex.mos Srs. Acionistas,

O Conselho Fiscal do FINIBANCO ANGOLA, S. A. Analisou o Relatório e Contas do banco com o objectivo de verificar a conformidade com a Lei das Instituições Financeiras e com o Plano de Contas das Instituições Financeiras Bancárias.

Os procedimentos adoptados pelo Conselho Fiscal passaram pela análise do Relatório do Conselho de Administração, do Balanço em 31 de Dezembro de 2012, da Demonstração de Resultados e Anexo às Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2012, bem como a verificação dos Balancetes Analíticos referentes ao exercício de 2012.

Como resultado dos procedimentos realizados o Conselho Fiscal não encontrou quaisquer discrepâncias e concluiu:

1. Que, em geral, o relatório é abrangente e as suas considerações, relato e conclusões reportam, no essencial, as actividades desenvolvidas pelo banco no exercício de 2012;

2. Que o balanço e a demonstração de resultados se conformam com os princípios, normas e procedimentos contabilísticos em vigor na República de Angola para as instituições financeiras bancárias e refletem com realismo os resultados apurados.

Pelo acima exposto o Conselho Fiscal recomenda aos senhores acionistas que aprovem o relatório e contas do exercício de 2012.

Feito em Luanda a 29 de Abril de 2013.

O Conselho Fiscal

Sabino Pereira Ferraz
(Presidente)

Rui Benvindo dos Santos Caiate
(Vogal)

Proposta de Aplicação de resultados

Considerando:

- A) Que no exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 foi apurado, como resultado líquido o valor de AOA 1.087.285.689,00 (mil e oitenta e sete milhões duzentos e oitenta e cinco mil seiscientos e oitenta e nove Kwanzas);
- B) Que tendo em conta a busca do equilíbrio entre as necessidades regulamentares de manutenção dos fundos próprios, o crescimento e consolidação no mercado angolano do Finibanco Angola, S.A. e a remuneração do investimento dos accionistas nos termos adequados,

Propõe-se:

Que os resultados apurados tenham a seguinte aplicação:

Reserva Legal	AOA 217.457.138,00 (duzentos e dezassete milhões quatrocentos e cinquenta e sete mil cento e trinta e oito Kwanzas)
Reserva Livre	AOA 559.828.551,00 (quinhentos e cinquenta e nove milhões oitocentos e vinte e oito mil quinhentos e cinquenta e um Kwanzas)
Dividendos	AOA 310.000.000,00 (trezentos e dez milhões de Kwanzas)

Esta proposta permite cumprir com os objectivos referidos nos considerandos.

Luanda, 29 de Abril de 2013

 O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO